

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 019

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 19 DE MARÇO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANNIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Valdir Rossoni
Líder da Oposição Orlando Pessuti
PTB Ademar Traiano
PFL Plauto Miró Guimarães
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Hermes Fonseca
PDT Edgar Bueno
PSDB Sérgio Spada
PL Pastor Edson Praczyk
PSL Edno Guimarães
PST Divanir Braz Palma

Representação Partidária

PFL - 10: Aparecido Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Ricardo Chab - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 03: Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSC - 01: Miltinho Pupio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 013ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
19 DE MARÇO DE 2001**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Beraldin e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leôndas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OF.001/01-GL-PPS

Curitiba, 19 de março de 2001.

Senhor Presidente.

Venho por intermédio do presente informar a Vossa Excelência que na presente data, estarei filiando-

me em conjunto com o ilustre deputado Marcos Isfer ao Partido Popular Socialista (PPS). Informo ainda, que terei a honra de ser designado para exercer a liderança deste Partido nesta augusta Casa de Leis.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus protestos de estima e apreço.

Sala das Sessões, em 19.03.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI

OF.004/01-GL-PPS

Curitiba, 19 de março de 2001.

Senhor Presidente.

Venho por intermédio do presente informar a Vossa Excelência que na presente data, estarei filiando-me ao Partido Popular Socialista (PPS), e conseqüentemente farei parte da Bancada do PPS com assento nesta augusta Casa de Leis.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus protestos de estima e apreço.

Sala das Sessões, em 19.03.2001.

(a) MARCOS ISFER

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 485

Senhor Presidente.

Observado o disposto no artigo 132, § 2º, inciso XII, do Regimento Interno, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja concedido Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 60/01, que reduz para 12% a alíquota do ICMS nas operações internas com medicamentos genéricos.

Sala das Sessões, em 19.03.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 461

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, arquivamento do Projeto de Lei nº 381/99, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que tem por objetivo criar normas para o Desporto, conforme solicitação anexa.

Sala das Sessões, em 19.03.2001.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO Nº 483

Senhor Presidente.

Por intermédio deste solicito o arquivamento do Projeto de Lei nº 167/2000, de minha autoria, que autoriza a Codapar a doar uma área de terras para a Uopeccan e dá outras providências, para analisá-lo melhor.

Sala das Sessões, em 19.03.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BARATTER

REQUERIMENTO Nº 454

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvir o douto Plenário, votos de pesar a família do vereador Ademir Francisco, pelo falecimento no dia 16/03/2001 de sua mãe Maria Machado Francisco, com idade de 86 anos, moradora da Fazenda Rio Grande.

Sala das Sessões, em 19.03.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A senhora Maria Machado Francisco, juntamente com seu esposo já falecido e os demais familiares sempre trabalharam e continuam trabalhando pelo desenvolvimento social, econômico e político de Fazenda Rio Grande, soube muito bem criar os seus dez (10) filhos, um deles o vereador Ademir Francisco, que atua na área social de Fazenda Rio Grande.

REQUERIMENTO Nº 467

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar a família enlutada da senhora Maria de Lourdes Zagato Bordignon, funcionária desta Casa, falecida nesta Capital.

Sala das Sessões, em 19.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Faleceu em nossa Capital, em data de 17 de março, a senhora Maria de Lourdes Zagato Bordignon.

Nascida na cidade de Batatais/SP, em 22 de junho de 1933, era funcionária desta Casa de Leis desde o ano de 1985 (16 anos), onde exerceu diversas funções.

Pessoa de hábitos simples, muito dedicada ao seu trabalho e à sua família, na Assembléia Legislativa do Estado sempre atendia a todos com seu constante sorriso. Apesar de seus 68 anos, tinha uma vitalidade invejável e estava sempre disposta. Era comum vê-la, diariamente entregando jornais e correspondências no Setor de Distribuição de Correspondências e Jornais - era um verdadeiro exemplo para os funcionários mais jovens.

À sua família enlutada (Rua Alexandre de Gusmão, 1061 - Alto da XV - Ctba), os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 469

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do industrial - senhor Deoclécio Giroto, ocorrido dia 17.03.2001.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.03.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com 58 anos de idade faleceu, o senhor Deoclécio Giroto que era industrial no município de General Carneiro e deixou viúva dona Ildes Bertoto Giroto. deixou ainda, 4 filhos e 4 netos.

O destino privou seus familiares do seu con-vívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Deoclécio Giroto.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Deoclécio Giroto e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Deus ama o direito e a justiça transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu servo Deoclécio sob a sua constante proteção, para que renovando pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição, alargando os horizontes de nossos corações e fazendo com que nossas preces se abram em toda as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos deu participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar cumpre o dever de associar-se à dor, que abalou a família Giroto, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 472

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar a família Medeiros, pelo falecimento do senhor Ubiratan Cabral de Medeiros, ocorrido no dia 16 de março do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família da senhora Margarete Medeiros, através de correspondência a ser encaminhada, à Rua Joaquim Theodoro Portugal, nº 314, Xaxim, Curitiba - Paraná, CEP: 81.810-050; e ao senhor João Armelin, Rua Abel Scuisi-ato, nº 1318, Colombo - PR, CEP: 83.408-280.

Sala das Sessões, em 19.03.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 473

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro, nos Anais desta Casa do falecimento do senhor Sidnei Alberto Piccolo.

Que, da decisão, se dê ciência a sua esposa Silvana Piccolo.

Endereço: Rua Reinaldo Massi, s/n, 87990-000 -
Diamante do Norte - PR.

Sala das Sessões, em 19.03.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 453

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido Plenário, votos de congratulações ao município de Nova Londrina, pela passagem em 15 de março, de seu 45º aniversário de emancipação político-administrativa.

Requer, outrossim, comunicação do feito ao Excelentíssimo senhor Arlindo Adelino Troian, prefeito municipal de Nova Londrina, bem como ao Excelentíssimo senhor Idreno Gregório, presidente da Câmara Municipal de Nova Londrina, e ao Excelentíssimo senhor Frederico Mendes Júnior, diretor do Fórum de Nova Londrina.

Sala das Sessões, em 19.03.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Nova Londrina, situada no Extremo Noroeste do Paraná, é um dos municípios mais importantes de sua região, com vasta e importante história política, que remonta ao período de colonização, o que faz desta cidade referência para as demais cidades que a cercam.

Com uma população total de 13.172 habitantes. Nova Londrina está entre os municípios mais pujantes, econômica e socialmente, de sua região, contando com um Produto Interno Bruto (PIB) superior a R\$60 milhões, de acordo com o último levantamento disponível, gerados por uma população economicamente ativa de 6.592 habitantes, distribuídos em atividades agropecuárias, industriais e de serviços. Esta importância econômica e social de Nova Londrina pode ser demonstrada também, pela renda per capita, superior a R\$2.600,00

Com uma forte pecuária de corte e de leite, bem como vastas áreas ocupadas pela cultura da cana-de-açúcar, Nova Londrina é um dos exemplos da força econômica do interior do Estado, que resiste apesar de todas as dificuldades, inclusive o representado pelo acentuado esvaziamento populacional - a taxa de crescimento populacional do município é de apenas 0,17% - e dá vitalidade à economia paranaense, especialmente no setor agropecuário.

Nova Londrina contribui, também, com produção industrial de produtos alimentares, químicos, têxteis, minerais não metálicos e metalúrgicos. No setor dos serviços que representam 53% da economia do município, Nova Londrina concentra as atividades mais importantes de sua região, a ponto de ser considerada uma cidade polarizadora em relação às cidades suas circunvizinhas.

Estes aspectos e circunstâncias, por si só, são bastante para justificar as congratulações do presente requerimento. Entretanto, desejamos ir além e interpretar estas congratulações como reconhecimento e tributo a este importante município do interior que, assim como todos

os demais, trabalha incansavelmente em favor da pujança econômica e social do nosso Estado, sem que, no entanto mereça o devido reconhecimento e o recíproco retorno. Que estas congratulações nos sirvam de alerta em relação às dificuldades vividas por nossas cidades interioranas e suas populações, por nós representadas neste Parlamento.

Daí as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 465

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Rede Feminina de Combate ao Câncer, pela comemoração de seus 47 anos.

Sala das Comissões, em 19.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em 18 de março de 2001 a Rede Feminina de Combate ao Câncer, comemorou 47 anos.

Fundada em 1954 por iniciativa da senhora Anita Mery Gaertner e da senhora Edite Pizzato, esposas dos doutores Erasto Gaertner e Antero Sadi Pizzato, respectivamente, iniciaram esta grandiosa obra que se transformou no carro chefe do Hospital Erasto Gaertner, nacionalmente reconhecido e o mais importante no atendimento do câncer no nosso Estado.

Os dois médicos foram os primeiros cancerologistas de Curitiba, atendendo inicialmente no Instituto de Medicina e Cirurgia do Paraná.

Com o passar do tempo e sendo eles os precursores desta área na Capital, o atendimento foi aumentando e estendendo-se a um grande número de pessoas carentes. Suas esposas, sempre trabalhando e buscando alternativas dentro dessa área, fizeram uma visita ao Estado de São Paulo, onde conheceram a Rede Feminina de Combate ao Câncer, daquele Estado vizinho. Inspiradas naquela Instituição, elas fundaram a Rede Feminina de Combate ao Câncer do Paraná. O doutor Erasto Gaertner conseguiu a doação do terreno onde está hoje o Hospital que leva o seu nome e que levou 17 anos de campanhas ininterruptas da Rede Feminina para que fosse construído, tendo sido inaugurado em 1972.

A Rede Feminina possui três finalidades básicas: assistência total aos pacientes carentes dentro do Hospital Erasto Gaertner, prevenção do câncer dentro da comunidade e angariação de fundos para a manutenção do Hospital, que conta com leitos para adultos e também ala pediátrica. O Hospital atende pelo SUS, mas devido ao alto custo dos pacientes, uma grande percentagem fica à cargo da Rede Feminina e há alguns atendimentos através de convênios.

Na ala pediátrica o Hospital Erasto Gaertner foi o primeiro do país, já há 22 anos, a permitir que a mãe efetue o acompanhamento da criança no leito hospitalar.

Essa iniciativa inovadora tem trazido excelentes resultados, mas encarece por demais o tratamento, já que

o SUS não efetua a cobertura do acompanhante do paciente infantil, ficando o custeio dessa área totalmente sob responsabilidade da Rede Feminina de Combate ao Câncer.

Pelo brilhante trabalho que a Rede Feminina vem desenvolvendo, sendo um verdadeiro anjo da guarda dos pacientes necessitados, receba a Rede Feminina de Combate ao Câncer (R. Ovande do Amaral 201- Curitiba), na comemoração de seus gloriosos 47 anos, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 466

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações, ao Colégio Estadual do Paraná, pela comemoração de seus 155 anos.

Sala das Sessões, em 19.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em 13 de Março de 2001, o Colégio Estadual do Paraná, completou seus 155 anos. Fundado em 1846 com o nome do Liceo de Curitiba, o colégio possui uma trajetória recheada de histórias e tem o orgulho de por ali terem passado muitos famosos ex-alunos: o ex-presidente Jânio Quadros, o governador Jaime Lerner, o ex-governador Ney Braga, os escritores Paulo Leminski, Cristóvão Tezza e Dalton Trevisan, além do artista plástico Poty Lazarotto, os atores Herson Capri e Ary Fontoura - gente famosa que aprendeu ali muitas letras, que os elevaram e levaram a ser o que são.

Dentre histórias e fatos que marcaram a vida do colégio está a visita de D. Pedro II, em 1880, quando o Imperador esteve em seu prédio. Ainda, a construção de um abrigo anti-aéreo dentro do colégio durante a II guerra Mundial em 1944, quando iniciou-se a construção de sua atual sede, que foi inaugurada seis anos depois.

Em 1951, foi criado o Grêmio Estudantil do Colégio e em 1968, foi produzida a primeira experiência do programa educativo de televisão do Brasil, o Programa Pingos do Saber.

No rádio, o colégio Estadual do Paraná, pioneiro ao montar em 1948, uma emissora com o propósito inicial de ser um clube de radioamadores. Mais tarde essa emissora passou para o governo do Estado e hoje é a Rádio e TV Educativa do Paraná.

Em 1978, foi inaugurado o Planetário e em 1994 o Observatório Astronômico. Com isso, o colégio transformou-se no único estabelecimento de ensino da América Latina a possuir complexo astronômico.

Ao longo de sua existência, o Colégio Estadual já contou com internato e funcionou como escola normal. Hoje, encontra-se conectado à Internet, faz intercâmbios com Colégios no exterior e oferece cursos paralelos na área de informática. Nestes 155 anos muita coisa mudou,

mas o objetivo do Colégio de construir cidadãos permanece inalterado.

Pela comemoração de seus gloriosos 155 anos, receba o Colégio Estadual do Paraná, através de sua Diretoria (Av. João Gualberto, 250 -Curitiba) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 470

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Excelentíssimo senhor José Cleomar Machiavelli, prefeito municipal de Antonio Olinto, pela feliz iniciativa de renomear a Escola Municipal localizada na comunidade de Água Amarela, para "Escola Gasparina Simas Milléo".

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo senhor prefeito Municipal José Cleomar Machiavelli, assim como à família Milléo.

Sala das Sessões, em 19.03.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Através do Decreto nº 846/2001, o prefeito Municipal José Machiavelli, de Antonio Olinto, renomeou a Escola Rural Municipal Nossa Senhora da Salete, para Gasparina Simas Milléo, numa homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

Por questões políticas, a Escola Rural localizada na Comunidade de Água Amarela de Cima, e que a família Milléo mantinha, e que levava o nome da professora e primeira vereadora da Lapa e do Paraná, foi mudada para nossa Senhora da Salete.

Agora, através do Decreto 846/2001, o prefeito municipal José Cleomar Machiavelli, de Antonio Olinto, que tem como vice-prefeito Rogério Milléo, neto de Gasparina Simas Milléo, fez justiça, renomeado a casa escolar.

Nascida em Campo do Tenente, aos quinze dias do mês de junho no ano de 1907, de família portuguesa, vivem sua infância e adolescência na mesma cidade.

Aos 18 anos casou-se com João Milléo, filho de imigrantes italianos, passando a residir na cidade histórica da Lapa, onde iniciou sua atividade de professora, no ano de 1928, passando grande parte de sua vida dedicada à educação, ensinando duas gerações, sendo que naquele tempo ainda pertencia ao município da Lapa, hoje. Água amarela de Cima, município de Antonio Olinto.

Foi também a primeira vereadora do Estado do Paraná, no período de 1954-1958.

Em seu mandato, foram construídas duas salas de aula. Anteriormente, as aulas eram ministradas em paióis, cedidos por pessoas da comunidade e também por ela mesma.

Mesmo naquele tempo, já tinha consciência da importância do estudo para o ser humano, tanto que seus filhos tiveram formação da qual ela acreditava, formando as mulheres professoras, tendo, atualmente, em destaque, a doutora Zélia Pavão, responsável pelo curso de mestrado da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), ex-integrante do Mec e ex-professora chefe do departamento de Estatística da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Dona Gasparina Milléo, mesmo aposentada, continuou exercendo sua profissão por mais dez anos, até 1963, devido a falta de professores.

Ficou viúva no dia 10 de maio de 1968 e veio a falecer aos 79 anos, no dia 03 de agosto de 1986.

Apesar de sua ausência, ainda é motivo de orgulho motivação para toda a família, incluindo filho, noras, genros, netos, bisnetos e tetraneto.

É também lembrada com muita estima por ilustres amigos lapeanos e pela comunidade de Água Amarela de Cima.

É indeclinável dever, honrar aqueles que por seus méritos fazem jus a admiração e a gratidão de seus semelhantes.

Quanto mais, quando se trata de alguém que por seus próprios esforços como dona Gasparina Simas Milléo.

Honrá-los é, pois, comezinho ato de reconhecimento e imitá-la é um dever.

O nome de dona Gasparina ficará gravado no coração do povo do município de Antonio Olinto, e por extensão ao da Lapa, com o estilete da gratidão imorredoura.

Abençoada seja dona Gasparina, que para mitigar a dor alheia soube sacrificar algo seu, Deus lhe há de levar à conta tão nobre ação.

Orgulha-se, portanto, a família Milléo em legar aos pósteros este exemplo de virtude dessa mulher, para que lhes sirva de modelo e estímulo.

ao senhor José Cleomar Machiavelli, prefeito municipal de Antonio Olinto, a gratidão por tão dignificante gesto homenageando dona Gasparina Simas Milléo, com a determinação de renomear a Escola Municipal de Água Amarela de Cima.

REQUERIMENTO Nº 485/A

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente com a devida urgência, à Companhia Paranaense de Energia - Copel, solicitando cópia das Atas do Conselho Administrativo dessa empresa correspondentes aos últimos 24 meses.

Sala das Sessões, em 19.03.2001.

(a) TONY GARCIA

REQUERIMENTO Nº 471

Senhor Presidente.

A Bancada do PFL apresentou um projeto de lei que autorizou o governo do Estado do Paraná a mudar a operadora de telefonia fixa que presta serviço aos diversos órgãos do Estado.

Para se ter uma idéia, a Administração direta possui, nos diversos órgãos do Estado do Paraná, 6.233 (seis mil, duzentos e trinta e três) linhas de telefonia fixa habilitadas pela Telepar Brasil Telecom, com faturamento de R\$1.275.478,34 (um milhão, duzentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e oito reais e trinta e quatro centavos) no mês de dezembro de 2000. No mês de janeiro de 2001 foi R\$1.276.541,02 (um milhão, duzentos e setenta e seis mil, quinhentos e quarenta e um reais e dois centavos) e no mês de fevereiro de 2001 foram gastos R\$1.371.662,92 (um milhão, trezentos e setenta e um mil, seiscentos e sessenta e dois reais e noventa e dois centavos).

O Estado do Paraná é sem dúvida nenhuma um dos maiores clientes da concessionária Telepar Brasil Telecom que presta o serviço de telefonia fixa no Estado do Paraná.

Recentemente foi aprovada na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e sancionada pelo governador Jaime Lerner, a Lei nº 13.051/2001, de minha autoria, que obriga as concessionárias de serviço público de telefonia fixa no Estado do Paraná, responsável pela emissão da fatura telefônica, discriminarem na fatura de cobrança, informações detalhadas referentes aos pulsos efetuados pelo consumidor.

O objetivo deste projeto foi tentar resolver um problema que incomoda todos os usuários de telefonia fixa no Estado do Paraná e no Brasil, que é saber quanto se está gastando com o telefone, pois atualmente a empresa Telepar Brasil Telecom argumenta que não possui condições técnicas para discriminar estes dados nas faturas telefônicas e por esta razão não irá cumprir a supra citada lei.

No Paraná são mais de 2 milhões de usuários que utilizam o serviço de telefonia fixa. Os Procon's e outros órgãos de defesa do cidadão informam que a campeã de reclamações são as concessionárias de telefonia, incluindo a Telepar Brasil Telecom, entretanto, esta empresa simplesmente ignora estes números e também os reclamantes.

Apresentamos na proposta que deu origem à Lei 13.051/2001, provas concretas de que a Telepar Brasil Telecom está lesando os seus clientes.

O professor de telecomunicações, Vagner Gonçalves Leitão, do Cefet - Curitiba, verificou em meados de 1999, valores elevados de pulsos na conta telefônica. A partir daí, como possuía duas linhas telefônicas, passou a utilizar uma delas exclusivamente para acesso à Internet de forma que pudesse contabilizar a contagem de pulsos de acordo com as Normas de Telecomunicações vigentes no País. Nos meses de outubro e novembro de 1999, o professor registrou todas as chamadas para provedores de

serviços contabilizando os tempos de início e fim de cada ligação telefônica. Ao receber as contas telefônicas dos respectivos meses, verificou que o valor de pulsos faturados pela operadora era muito maior que o número que havia consumido.

Table 1:

Mês	Pulsos Consumidos	Pulsos Faturados	Valores em reais pagos a mais
Outubro	114	296	17,42
Novembro	140	386	23,54

Os dados contabilizados foram colocados em uma planilha para fazer cálculo de consumo, e esta planilha está disponível na Internet para “download”, no endereço: www.netpar.com.br/vagnerg.

Com estes dados de pulsos consumidos e faturas, o professor Vagner efetuou um levantamento das contas telefônicas desde dezembro de 1997 até novembro de 1999. Com isto notou que a diferença de pulsos faturados de outubro de 1998 para novembro de 1998 era bastante significativa e a partir de novembro de 1998 os valores de pulsos faturados continuavam em patamares elevados. Fazendo a média mensal dos pulsos faturados entre dezembro de 1998 resultou em um valor de 167 pulsos por mês e fazendo-se a média entre novembro de 1998 a novembro de 1999 resultou em um valor médio de consumo de 347 pulsos mensais. Atualmente, baseados nos dados acima, o professor Vagner está exigindo da Telepar um retorno de R\$270,00, pelos valores cobrados a mais.

O exemplo do professor Vagner é uma frente a uma infinidade de outros casos concretos que deram origem a reclamações não resolvidas perante a Telepar Brasil Telecom, vejamos alguns: somente como exemplo pegamos alguns depoimentos de pessoas que compareceram ao Ministério Público Federal, com o Procurador da República de Cascavel, PR, Doutor Celso Antonio Trêz, para reclamar do serviço telefônico, discordando da quantidade de pulsos insertos em suas faturas. Muitos, mesmo precisando, como é o caso do proprietário de uma floricultura, deixaram de ter telefone, por não aceitarem a cobrança abusiva e inexplicável de pulsos, não raras vezes, sobejamente superiores ao despendido com ligações de longa distância. Coloca-se, a seguir, o resumo de alguns depoimentos:

“CARLOS ALBERTO SCANAGATTA - declarou que possui telefone instalado em seu estabelecimento comercial há mais de 10 anos; que sua conta nunca ultrapassava R\$100,00 (cem reais); que há aproximadamente oito meses tem sido cobrado um valor exagerado de pulsos em sua fatura (média de mil pulsos); que sendo o telefone comercial, procura manter o maior tempo possível livre, a fim de receber chamadas de clientes; que trocou seu telefone sem fio, por um fixo; que trocou toda a fia-

ção interna; que desativou o serviço da Internet; mesmo assim o número de pulsos cobrados não diminui, razão pela qual teve seu telefone desligado, já que não conseguiu pagar a conta.”

ELAINE DO ROCIO LEIVA - declarou que reside apenas com o companheiro; que no último mês recebeu a fatura telefônica onde constava a realização de 1.217 pulsos; que não efetuou estas ligações; que recebe apenas R\$180,00 (cento e oitenta reais) por mês e não tem condições de arcar com a despesa referida.”

MARIA ANGÉLICA SILVEIRA DE SOUZA - declarou que se encontra atualmente com o telefone desligado, pois não conseguiu arcar com o aumento injustificado dos pulsos em sua fatura telefônica; que mesmo após a visita do técnico, ainda permaneceu a cobrança abusiva e não condizente com a realidade; que não se conforma em ter que ficar sem telefone por erros que atribui à Telepar.”

VERA LUCIA CASTRO E SILVA - declarou que mesmo colocando cadeado no telefone a conta permanece alta; que paga mais pelas ligações locais que pelas interurbanas; que não adianta economizar nos interurbanos, pois a Telepar dá um jeito de majorar os pulsos locais.”

Infelizmente, mostrando mais uma vez o desrespeito com o povo paranaense, a Telepar Brasil Telecom entrou na Justiça para não cumprir o que foi determinado em lei e o que está previsto no Código de Defesa do Consumidor e também no contrato celebrado entre a Anatel e a Telepar.

Na iniciativa privada o cliente pode escolher a empresa que melhor lhe convém, seja pelo preço, pela qualidade do produto, ou pelo atendimento. No caso da telefonia, não é diferente, o consumidor também pode optar entre duas empresas, a Telepar Brasil Telecom e a GVT, que aliás fornece a fatura detalhada, conforme prevê a Lei nº 13.051, mediante o pagamento de R\$1,99 (um real e noventa e nove centavos), mas que não poderá mais cobrar em virtude da lei estabelecer a não cobrança deste serviço.

O que queremos demonstrar é que a Telepar Brasil Telecom está lesando o Estado do Paraná, como também a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, na cobrança de faturas telefônicas maiores do que as realmente consumidas, como faz com os milhares de usuários existentes no Estado.

Por esta razão, solicito a Vossa Excelência que mude a operadora de telefonia fixa que presta este serviço para esta Assembléia, para que se tenha um melhor controle das faturas, evitando a cobrança indevida que vem sendo praticada pela Telepar Brasil Telecom.

Tenho a profunda convicção, mais do que simplesmente proposta de alguns parlamentares, é a vontade do povo paranaense.

Neste momento, em que o Código de Defesa do Consumidor completa 10 anos de existência, a Assembléia Legislativa tem uma oportunidade ímpar de respeito

a cidadania. Se a operadora alega que terá grandes despesas para discriminar os pulsos, vamos ajudá-la, mudando de operadora.

Senhor presidente, é lamentável a atitude desta empresa. Convocamos a todos, numa cruzada em defesa do consumidor, já nessa semana, buscarmos outra operadora, que possa nos dizer na fatura: para quem ligamos, quando ligamos, quanto tempo durou a ligação e quanto custou a ligação.

Sem mais, colocamo-nos a vossa disposição para quaisquer informações e reiteramos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 19.03.2001.

(aa) ANTONIO BARATTER, SERAFINA CARILHO e PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 455

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao governo do Estado do Paraná, solicitando que determine ao órgão competente da administração estadual providências no sentido de ampliar o efetivo da Polícia Militar no município de Santa Terezinha de Itaipu.

A apresentação do presente requerimento deve-se a reivindicação da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Itaipu, que reclama providências das autoridades acusando como preocupante a situação da Segurança Pública no município, uma vez que o efetivo da Polícia Militar é de apenas 12 (doze) homens para uma população de 18 mil habitantes, quando o ideal é que haja um policial para cada 500 habitantes.

“O município está fazendo a sua parte fornecendo combustível à Polícia Civil e à Polícia Militar, bem como, fazendo a manutenção dos veículos e fornecendo alimentação, o que seria responsabilidade do governo do Estado”, explica o atual prefeito Cláudio Eberhard, em manifesto dirigido ao nosso gabinete.

Sala das Sessões, em 19.03.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 456

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da senhora Cezarina Correia Martins, residente à Rua Conselheiro Saraiva, nº 212 - Jardim Curitiba, que pede que os funcionários dessa municipalidade que limpam as ruas e procedem reparos nos buracos das mesmas, não joguem o lixo no terreno de sua propriedade. No seu terreno, segundo ela, passa uma valeta pertencente a Prefeitura e que necessita de manilhamento. Afirmo a senhora Cezarina que já fez tal reclamação junto à Prefeitura do Maracanã sob Protocolo 454/01, infelizmente não

atendido até a presente data. É necessário executar a limpeza de seu terreno com a maior brevidade, sendo que enormes ratos estão aparecendo em sua residência. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 272-4445 (recados).

Sala das Sessões, em 19.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 457

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Campo Largo, no sentido de atender o pedido do senhor José Carlos de Paula, residente à Rua Bem-te-vi, nº 51 - Vila Gilsy - Ferraria, que pede a limpeza das valetas do bairro, bem como o manilhamento dessas valetas onde o esgoto corre à céu aberto. Pede ainda, a limpeza do Rio Passaúna, o qual encontra-se em péssimo estado, prejudicando a saúde dos moradores locais. Outra reivindicação trata-se da reabertura do “Armazém da Família”, que infelizmente foi fechado e vem fazendo muita falta para a comunidade. Se necessário, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 9104-5997.

Sala das Sessões, em 19.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 458

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido do senhor Ernesto Vagner, residente à Rua Cascavel nº 95, que pede a troca de lâmpadas queimadas nos postes existentes na Rua Alberto Piekas esquina com a Rua Maringá - Jardim Taíza. No total são 08 (oito) lâmpadas queimadas. Se necessário, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 657-9361.

Sala das Sessões, em 19.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 459

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido da senhora Rosa Gregório da Silva, residente à Travessa Simplicio Ferreira Ribas, nº 68 - Bairro Tatuquara, que pede maior brevidade nas entregas de correspondências em sua residência. Afirmo ela que o carteiro levou mais ou menos 15 (quinze) dias para passar em sua residência no mês de fevereiro, entregando as correspondências com muito atraso, principalmente aquelas referentes a contas a pagar. Quanto a sua fatura de tele-

fone, a Tim Celular informou que dia 09 de fevereiro ela foi encaminhada para o Correio e dia 20 ainda não havia sido entregue. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 9985-3982.

Sala das Sessões, em 19.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 460

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido da senhora Maria Severina Lima, residente à Rua Júlio José dos Santos nº 106 - Jardim Vitória - município de Almirante Tamandaré, pede que o serviço de entrega de correspondência em sua residência seja mais ágil, tendo em vista que o carteiro leva mais ou menos 15 (quinze) dias para voltar. As correspondências, principalmente contas a pagar, chegam muito atrasadas, causando muitos transtornos, inclusive prejuízos financeiros e outros.

Sala das Sessões, em 19.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 464

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao egrégio Tribunal de Contas do Estado, solicitando a realização de uma auditoria na Prefeitura Municipal da Lapa.

O presente, representa a vontade da população daquele município, em razão das dificuldades administrativas por que passam prefeitos e Câmara de vereadores, empossados no último dia 1º de janeiro.

Sala das Sessões, em 19.03.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 474

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER envio de expediente ao IAP - Instituto Ambiental do Paraná, para que o mesmo forneça cópia do Histórico Ambiental da empresa Plumbum do Brasil Ltda. do município de Adrianópolis, do início de suas atividades até os dias atuais.

Sala das Sessões, em 19.03.2001.

(a) BERALDIN

Apoiamento:

Cleiton Kielse, Algaci Tulio, Fernando Ribas Carli e Luciana Rafagnin.

REQUERIMENTO Nº 475

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER envio de expediente ao IAP - Instituto Ambiental do Paraná, para que o mesmo forneça cópia do Histórico Ambiental do Grupo Trevo, do município de Adrianópolis, do início ao término de suas atividades.

Sala das Sessões, em 19.03.2001.

(a) BERALDIN

Apoiamento:

Cleiton Kielse, Algaci Tulio, Fernando Ribas Carli e Luciana Rafagnin.

REQUERIMENTO Nº 476

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER envio de expediente ao IAP - Instituto Ambiental do Paraná, para que o mesmo forneça cópia do Histórico Ambiental da empresa Plumbum Mineração, do município de Adrianópolis, do início ao término de suas atividades.

Sala das Sessões, em 19.03.2001.

(a) BERALDIN

Apoiamento:

Cleiton Kielse, Algaci Tulio, Fernando Ribas Carli e Luciana Rafagnin.

REQUERIMENTO Nº 477

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER envio de expediente ao governo do Estado, solicitando a relação de todos os alvarás e licenciamentos fornecidos a empresas de mineração e pesquisa, para exploração de ouro, prata e chumbo, no Estado do Paraná, bem como Históricos Ambientais destas empresas.

Sala das Sessões, em 19.03.2001.

(a) BERALDIN

Apoiamento:

Cleiton Kielse, Algaci Tulio, Fernando Ribas Carli e Luciana Rafagnin.

REQUERIMENTO Nº 478

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER envio de expediente ao governo do Estado, para que informe o volume de empréstimos e incentivos fiscais dados pelo governo do Paraná, em especial pelo BADEP, à empresa Plumbum Mineração, para que a mesma viesse a se instalar no município de Adrianópolis.

Sala das Sessões, em 19.03.2001.

(a) BERALDIN

Apoiamento:

Cleiton Kielse, Algaci Tulio, Fernando Ribas Carli e Luciana Rafagnin.

REQUERIMENTO Nº 479

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER envio de expediente, à Caixa Econômica Federal, solicitando o levantamento do volume de ouro, prata e platina comercializados pela empresa Plumbum Mineração, registrada na Caixa Econômica Federal, do início ao término de suas atividades.

Sala das Sessões, em 19.03.2001.

(a) BERALDIN

Apoioamento:

Cleiton Kielse, Algaci Tulio, Fernando Ribas Carli e Luciana Rafagnin.

REQUERIMENTO Nº 480

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Tribunal Regional do Trabalho, solicitando levantamento das ações trabalhistas movidas contra a empresa Plumbum Mineração, em Adrianópolis, PR.

Sala das Sessões, em 19.03.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

Apoioamento:

Cleiton Kielse, Algaci Tulio, Fernando Ribas Carli e Luciana Rafagnin.

REQUERIMENTO Nº 482

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER envio de expediente à Secretaria de Estado da Fazenda, solicitando relatório de dívidas ou pendência com o Fisco, das empresas Plumbum Mineração, Grupo Trevo, Plumbum do Brasil Ltda, do início de suas atividades até os dias atuais.

Sala das Sessões, em 19.03.2001.

(a) BERALDIN

Apoioamento:

Cleiton Kielse, Algaci Tulio, Fernando Ribas Carli e Luciana Rafagnin.

REQUERIMENTO Nº 481

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER ao governo do Estado do Paraná, a relação das fábricas e reformadoras de baterias instaladas no Estado com as devidas localizações dos escritórios ambientais das empresas.

Tal requerimento justifica-se pelos fortes indícios de contaminação por chumbo dos funcionários que trabalham na fabricação ou reforma de baterias.

Sala das Sessões, em 19.03.2001.

(a) BERALDIN

Apoioamento:

Cleiton Kielse, Algaci Tulio, Fernando Ribas Carli e Luciana Rafagnin.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 63/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Poder Executivo do Estado do Paraná fica autorizado a mudar a operadora que presta serviços de telefonia fixa para os diversos órgãos do Estado.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.03.2001.

(aa) ANTONIO CARLOS BARATTER
SERAFINA CARRILHO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei autoriza o Estado do Paraná a mudar a operadora de telefonia fixa que presta serviço aos diversos órgãos do Estado.

Para se ter uma idéia, a Administração direta possui, nos diversos órgãos do Estado do Paraná, 6.233 (seis mil, duzentos e trinta e três) linhas de telefonia fixa habilitadas pela Telepar Brasil Telecom, com faturamento de R\$1.275.478,34 (um milhão, duzentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e oito reais e trinta e quatro centavos) no mês de dezembro de 2000. No mês de janeiro de 2001 foi R\$1.276.541,02 (um milhão, duzentos e setenta e seis mil, quinhentos e quarenta e um reais e dois centavos) e no mês de fevereiro de 2001 foram gastos R\$1.371.662,92 (um milhão, trezentos e setenta e um mil, seiscentos e sessenta e dois reais e noventa e dois centavos).

O Estado do Paraná é sem dúvida nenhuma um dos maiores clientes da concessionária Telepar Brasil Telecom que presta o serviço de telefonia fixa no Estado do Paraná.

Recentemente foi aprovada na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e sancionada pelo governador Jaime Lerner, a Lei 13.051/2001, de minha autoria, que obriga as concessionárias de serviço público de telefonia fixa no Estado do Paraná, responsável pela emissão da fatura telefônica, discriminarem na fatura de cobrança, informações detalhadas referentes aos pulsos efetuados pelo consumidor.

O objetivo deste projeto foi tentar resolver um problema que incomoda todos os usuários de telefonia fixa no Estado do Paraná e no Brasil, que é saber quanto se está gastando com o telefone, pois atualmente a empresa Telepar Brasil Telecom argumenta que não possui condições técnicas para discriminar estes dados nas faturas telefônicas e por esta razão não irá cumprir a supra citada lei.

No Paraná são mais de 2 milhões de usuários que utilizam o serviço de telefonia fixa. Os Procon's e outros órgãos de defesa do cidadão informam que a campeã de reclamações são as concessionárias de telefonia, incluindo a Telepar Brasil Telecom, entretanto, esta empresa simplesmente ignora estes números e também os reclamantes.

Apresentamos na proposta que deu origem à Lei 13.051/2001, provas concretas de que a Telepar Brasil Telecom está lesando os seus clientes.

O professor de telecomunicações, Vagner Gonçalves Leitão, do Cefet - Curitiba, verificou em meados de 1999, valores elevados de pulsos na conta telefônica. A partir daí, como possuía duas linhas telefônicas, passou a utilizar uma delas exclusivamente para acesso à Internet de forma que pudesse contabilizar a contagem de pulsos de acordo com as Normas de Telecomunicações vigentes no País. Nos meses de outubro e novembro de 1999, o professor registrou todas as chamadas para provedores de serviços contabilizando os tempos de início e fim de cada ligação telefônica. Ao receber as contas telefônicas dos respectivos meses, verificou que o valor de pulsos faturados pela operadora era muito maior que o número que havia consumido.

Table 2:

Mês	Pulsos Consumidos	Pulsos Faturados	Valores em reais pagos a mais
Outubro	114	296	17,42
Novembro	140	386	23,54

Os dados contabilizados foram colocados em uma planilha para fazer cálculo de consumo, e esta planilha está disponível na Internet para "download", no endereço: www.netpar.com.br/vagnerg.

Com estes dados de pulsos consumidos e faturas, o professor Vagner efetuou um levantamento das contas telefônicas desde dezembro de 1997 até novembro de 1999. Com isto notou que a diferença de pulsos faturados de outubro de 1998 para novembro de 1998 era bastante significativa e a partir de novembro de 1998 os valores de pulsos faturados continuavam em patamares elevados. Fazendo a média mensal dos pulsos faturados entre dezembro de 1998 resultou em um valor de 167 pulsos por mês e fazendo-se a média entre novembro de 1998 a novembro de 1999 resultou em um valor médio de consumo de 347 pulsos mensais. Atualmente, baseados nos dados acima, o professor Vagner está exigindo da Telepar um retorno de R\$270,00, pelos valores cobrados a mais.

O exemplo do professor Vagner é uma frente a uma infinidade de outros casos concretos que deram origem a reclamações não resolvidas perante a Telepar Brasil Telecom, vejamos alguns: somente como exemplo pegamos alguns depoimentos de pessoas que comparece-

ram ao Ministério Público Federal, com o Procurador da República de Cascavel, PR, Doutor Celso Antonio Três, para reclamar do serviço telefônico, discordando da quantidade de pulsos inseridos em suas faturas. Muitos, mesmo precisando, como é o caso do proprietário de uma floricultura, deixaram de ter telefone, por não aceitarem a cobrança abusiva e inexplicável de pulsos, não raras vezes, sobejamente superiores ao despendido com ligações de longa distância. Colaciona-se, a seguir, o resumo de alguns depoimentos:

"CARLOS ALBERTO SCANAGATTA - declarou que possui telefone instalado em seu estabelecimento comercial há mais de 10 anos; que sua conta nunca ultrapassava R\$100,00 (cem reais); que há aproximadamente oito meses tem sido cobrado um valor exagerado de pulsos em sua fatura (média de mil pulsos); que sendo o telefone comercial, procura manter o maior tempo possível livre, a fim de receber chamadas de clientes; que trocou seu telefone sem fio, por um fixo; que trocou toda a fiação interna; que desativou o serviço da Internet; mesmo assim o número de pulsos cobrados não diminui, razão pela qual teve seu telefone desligado, já que não conseguiu pagar a conta."

ELAINE DO ROCIO LEIVA - declarou que reside apenas com o companheiro; que no último mês recebeu a fatura telefônica onde constava a realização de 1.217 pulsos; que não efetuou estas ligações; que recebe apenas R\$180,00 (cento e oitenta reais) por mês e não tem condições de arcar com a despesa referida."

MARIA ANGÉLICA SILVEIRA DE SOUZA - declarou que se encontra atualmente com o telefone desligado, pois não conseguiu arcar com o aumento injustificado dos pulsos em sua fatura telefônica; que mesmo após a visita do técnico, ainda permaneceu a cobrança abusiva e não condizente com a realidade; que não se conforma em ter que ficar sem telefone por erros que atribui à Telepar."

VERA LUCIA CASTRO E SILVA - declarou que mesmo colocando cadeado no telefone a conta permanece alta; que paga mais pelas ligações locais que pelas interurbanas; que não adianta economizar nos interurbanos, pois a Telepar dá um jeito de majorar os pulsos locais."

Infelizmente, mostrando mais uma vez o desrespeito com o povo paranaense, a Telepar Brasil Telecom entrou na Justiça para não cumprir o que foi determinado em lei e o que está previsto no Código de Defesa do Consumidor e também no contrato celebrado entre a Anatel e a Telepar.

Na iniciativa privada o cliente pode escolher a empresa que melhor lhe convém, seja pelo preço, pela qualidade do produto, ou pelo atendimento. No caso da telefonia, não é diferente, o consumidor também pode optar entre duas empresas, a Telepar Brasil Telecom e a GVT, que aliás fornece a fatura detalhada, conforme prevê a Lei nº 13.051, mediante o pagamento de R\$1,99 (um real e noventa e nove centavos), mas que não poderá

mais cobrar em virtude da lei estabelecer a não cobrança deste serviço.

O que queremos demonstrar é que a Telepar Brasil Telecom está lesando o Estado do Paraná, como também a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, na cobrança de faturas telefônicas maiores do que as realmente consumidas, como faz com os milhares de usuários existentes no Estado.

Por esta razão, solicito a Vossa Excelência que mude a operadora de telefonia fixa que presta este serviço para esta Assembléia, para que se tenha um melhor controle das faturas, evitando a cobrança indevida que vem sendo praticada pela Telepar Brasil Telecom.

Tenho a profunda convicção, mais do que simplesmente proposta de alguns parlamentares, é a vontade do povo paranaense.

Neste momento, em que o Código de Defesa do Consumidor completa 10 anos de existência, a Assembléia Legislativa tem uma oportunidade ímpar de respeito a cidadania. Se a operadora alega que terá grandes despesas para discriminar os pulsos, vamos ajudá-la, mudando de operadora.

Senhores deputados, é lamentável a atitude desta empresa. Convocamos a todos, numa cruzada em defesa do consumidor, já nessa semana, buscamos outra operadora, que possa nos dizer na fatura: para quem ligamos, quando ligamos, quanto tempo durou a ligação e quanto custou a ligação.

Anexo a este projeto, coloco matérias divulgadas nos órgãos de imprensa em geral, a respeito da Telepar Brasil Telecom e a insatisfação dos seus usuários.

Diante do exposto, solicito o voto favorável dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI Nº 64/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A Lei nº 12. 355, de 08 de dezembro de 1998, em seu artigo 7º, fica acrescido parágrafo com o seguinte teor:

“Art. 7º - ...

I - ...

II - ...

Parágrafo Único - Do percentual reservado no inciso II deste artigo, serão destinados R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para o Laboratório de Produção de Medicamentos da Universidade Estadual de Londrina - UEL, para aumento da produção de medicamentos essenciais, assim considerados segundo a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - Rename”.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.03.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

Apoiamento:

Miltinho Pupio, Luiz Accorsi, Elio Rusch e Renato Gaucho.

JUSTIFICATIVA:

O Laboratório de Produção de Medicamentos da Universidade Estadual de Londrina, que fabrica 32 (trinta e dois) milhões de comprimidos por ano, e poderia aumentar 12 (doze) vezes essa produção com apenas R\$5.000.000,00 de investimentos.

Cada comprimido custaria menos de R\$0,01, segundo informações do diretor do Laboratório de Produção de Medicamentos da UEL, doutor Francisco Eugênio Alves de Souza. Esse profissional faz ainda as seguintes considerações:

“Talvez como em nenhum outro momento de nossa história, a sociedade brasileira tem debatido com afinco a questão da assistência farmacêutica, tanto em razão da pressão exercida pela demanda de medicamentos básicos sobre os meios produtivos, quanto devido a uma série de recentes acontecimentos ligados à saúde pública com impacto negativo sobre a população, especialmente quanto a falsificação, adulteração e má qualidade de medicamentos.

Tais fatos fizeram com que o governo reavaliasse suas políticas de farmacêutica, de maneira a sanar problemas e corrigir distorções estruturais, objetivando garantir uma maior oferta de produtos e serviços de qualidade à população.

Relativamente à demanda de medicamentos, basta lembrar que o mercado farmacêutico brasileiro teve um salto no faturamento anual de US\$1.8 bilhão em 1986 para US\$7,6 bilhões em 1999.

Trata-se de um mercado amplamente dominado pela iniciativa privada, notadamente multinacionais, que impõem ao consumidor uma agressiva política de preços. Vale citar que os preços finais praticados pela iniciativa privada excedem em muito os dos laboratórios públicos oficiais, variando de 158,16% a absurdos 921,48%.

Daí a importância da adoção, pelo governo, de políticas de assistência farmacêutica que possam mudar radicalmente este quadro. Das medidas destinadas a dar ordenamento jurídico à matéria em questão, visando garantir, essencialmente, a qualidade de produtos e serviços a serem ofertados à população, pode-se destacar: a criação da agência nacional de vigilância sanitária, através da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999; a edição da Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999, que trata dos medicamentos genéricos, similares e de referência, regulamentada pelo Decreto nº 3.181/99; e ainda a Portaria nº 176, de 8 de março de 1999, do Ministério da Saúde, que estabelece critérios e requisitos para a qualificação dos municípios e Estados ao incentivo à assistência farmacêutica básica e define valores a serem transferidos, em substituição ao gerenciamento até então conduzido pela Central de Medicamentos - Ceme, desativada pelo Decreto nº 2.283, de 24 de julho de 1997. Quanto às medidas técnicas complementares, o foco concentra-se

no aporte de recursos destinados à produção de medicamentos, em especial os genéricos, objetivando essencialmente ampliar a capacidade de produção instalada no País, bem como ampliar a gama de tipos e formas de apresentações de medicamentos ofertados ao mercado, através de pesquisa e desenvolvimento do novos produtos.

Na consecução de tais medidas, em especial quanto às últimas, os laboratórios oficiais têm um importante papel estratégico a cumprir na implementação da política de assistência farmacêutica traçada, incluindo a produção de medicamentos essenciais constantes da Rename - Relação Nacional de Medicamentos Essenciais, destacadamente quanto a servir de referência de preços e custos de produção; no desenvolvimento tecnológico de processos, produtos, medicamentos estratégicos e de alto custo, dominados pelo mercado privado, no abastecimento do SUS - Sistema Único de Saúde; e no apoio à política de medicamentos genéricos.

Em consonância com as políticas de assistência farmacêutica citadas, o Laboratório de Produção de Medicamentos - LPM, órgão suplementar da UEL, membro da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Oficiais do Brasil - Alfob, desde 1994, tem buscado, ao longo dos anos, dentro de sua capacidade financeira e autonomia universitária, investir na modernização do parque industrial instalado e na capacitação do seu pessoal, de maneira a servir de campo de estudo e dar suporte à pesquisa e desenvolvimento de medicamentos, principalmente os genéricos.

Os esforços desenvolvidos permitiram ao LPM obter a aprovação, junto aos governos federal e estadual, de diversos projetos destinados a aumentar a produção de medicamentos totalizando o aporte de investimentos diretos de R\$984.634,00 até a presente data (setembro/2000), com destaque para a implantação do Centro de Controle de Qualidade de Medicamentos da UEL, possibilitando que o LPM fosse cadastrado como laboratório integrante da Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos de Saúde - Reblas, e desta forma, se qualificasse para o desenvolvimento de testes de equivalência farmacêutica de medicamentos.

No entanto, a atual capacidade produtiva do LPM, de 32 milhões de comprimidos por ano, está aquém da demanda de medicamentos básicos do Sistema Único de Saúde no Paraná, havendo a necessidade de, urgentemente, serem realizados novos investimentos que possam dar resposta rápida e eficaz à demanda, em atendimento à política de assistência farmacêutica traçada pelo governo federal. Diversos projetos nesse sentido foram elaborados pelo LPM. O principal prevê investimento de R\$5.050.702,00 e, se aprovado, possibilitará ampliar sua capacidade de produção anual para 327 milhões de unidades de comprimidos simples e revestidos, cápsulas e sais para reidratação oral, o que representa pouco mais de R\$0,01 (um centavo) de investimento para cada unidade de medicamento produzido, mas que no entanto permitirá

atender a enorme demanda do SUS com produtos a baixo custo e de alta qualidade, não só em respeito ao consumidor, em especial àqueles de baixa renda, mas acima de tudo em respeito à vida dos brasileiros que, com seus tributos, constituíram o patrimônio público que aí está, e do qual nosso trabalho faz parte”.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, senhores deputados.

Ocupo hoje a tribuna desta Casa não para defender um projeto de lei ou denunciar qualquer irregularidade no Poder Executivo. Quero, sim, fazer um alerta a cada companheiro desta Casa de Leis e à população paranaense, a quem servimos.

Precisamos manter nossos corações puros, as mãos limpas e o brilho nos olhos para continuar cumprindo nossa missão como deputados estaduais.

Poder parecer óbvio e até simples demais este meu alerta. Mas ele se faz necessário dentro da atual conjuntura política nacional e estadual. No exercício diário das atividades parlamentares, muitas vezes nos deparamos com situações que nos fazem perder a fé e a esperança de que é possível manter a pureza de coração, as mãos limpas e o brilho nos olhos.

Cada um dos companheiros sabe que é preciso muito mais do que boa vontade para exercer uma função pública, seja ela política ou técnica. Precisamos de disposição física, preparo intelectual, diplomacia e outros tantos atributos que nos capacitam para esta missão.

Esses, porém, são atributos quase que comuns ao exercício de qualquer função, seja ela pública ou privada. Então, onde está a diferença? No coração.

Quando nos preparamos para o exercício de uma profissão, centramos nossos esforços na construção de uma carreira que nos proporcione realização pessoal e estabilidade financeira. O sucesso dessa estratégia depende única e exclusivamente da nossa capacidade de realização e de superação dos obstáculos.

Sendo assim, um profissional é funcionário de uma determinada empresa e pode mostrar ao seu chefe sua capacidade de realização, crescendo profissionalmente dentro da empresa. Quando a contrapartida ao esforço pessoal não acontece, o profissional perde o entusiasmo e o brilho nos olhos, mas tem a liberdade de buscar outra colocação em outra empresa, que valoriza mais seu potencial.

Essa troca de bandeira, na maior parte dos casos, acontece sem traumas ou mágoas. Isso porque nem sempre o coração está colocado naquilo que a razão executa com tanta eficiência.

É justamente este ponto que começa a diferenciar a função pública da privada. Quando aceitamos o desafio de exercer o mandato de representação política, o faze-

mos por paixão. E essa paixão precisa ser compartilhada com outras pessoas que, juntas, conseguirão transformar sonhos em realidade, planos em obras concretas. Afinal, política não se faz sozinho, não existe líder de si mesmo.

Quando ingressei na vida pública, ingressei por paixão e apostei no projeto político e administrativo de um grupo. Como se diz, vesti e suei a camisa por muito tempo, certo de que estava investindo meu tempo e minha capacidade intelectual num projeto de relevância para Curitiba e para o Paraná.

Mas o coração começou a desacelerar e perdi o brilho no olhar. Constatei que o sonho que comecei a sonhar há quase duas décadas estava acabando. Os responsáveis pela condução do projeto modificaram a proposta original. A paixão foi resfriada e o coração, fragmentado.

Como não aprendi a fazer política sem o brilho no olhar e sem companheirismo, decidi trilhar novos caminhos. Hoje, estou ingressando no PPS.

O PPS, por seu ideário moderno e pelas lideranças estaduais e nacionais, transformou-se numa das melhores opções para quem quer continuar transformando o presente e sonhando com um futuro melhor para todos.

O atual cenário político nacional mostra-se bastante conturbado, face às reiteradas denúncias de improbidade e corrupção no poder público. Isso está paralisando a administração pública, em todas as suas esferas, que não consegue mais responder às demandas sociais básicas, gerando clima de insegurança e insatisfação entre a população.

Esse cenário precisa ser redesenhado com a participação ativa daqueles que sonham novos caminhos. O PPS tem esse sonho. Eu tenho esse sonho. Por isso, vamos sonhar juntos.

Assumo o compromisso de manter minha fidelidade com o eleitor. Acima das cores partidárias está a vontade do povo que constrói dia-a-dia as riquezas deste Estado. Nosso propósito continuará sendo o da defesa dos interesses maiores da população paranaense.

Não podemos esquecer que política se faz com companheirismo, coração puro, mãos limpas e brilho nos olhos. É isso que resgato neste dia!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados.

Ponta Grossa é a região dos Campos Gerais onde nós temos o nosso domicílio, juntamente com o ilustre deputado e nosso amigo Plauto Miró Guimarães e nos últimos 18 meses, mais precisamente desde a reeleição do atual governador, não tivemos aquela atenção devida que outras partes do Paraná, como Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu e outros tiveram, da Segurança Pública do nosso Estado.

Ponta Grossa, décima terceira subdivisão, abrange mais de 23 municípios a sua atenção administrativa e principalmente a sua responsabilidade com a segurança.

A nossa Polícia Militar com o 1º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Paraná, tem sob a sua jurisdição, mais de duas dezenas de municípios abrangendo uma população de quase 800 mil pessoas.

O nosso Instituto Médico Legal, senhor presidente, atende a 23 municípios da nossa região dos Campos Gerais e deste Paraná. Estou falando isso, senhores deputados, para mostrar o que representa a segurança e o atendimento ligado à segurança da nossa cidade, da nossa região.

Muito bem! Viaturas zeradas, gasolina, quotas não entregues, entregues pela metade, pessoal, carência em todos os sentidos da segurança, e o que é que acontece na nossa cidade, que foi a cidade que mais respondeu, quando Sua Excelência o governador foi candidato à reeleição e teve em Ponta Grossa e na região dos Campos Gerais o maior índice de votação para o seu retorno ao Palácio Iguaçu? Parece que quanto mais votaram, mas ele surra, mais ele não atende e coloca nós, deputados, e principalmente o deputado Plauto Miró Guimarães na linha de frente, principalmente dos reclamos da nossa Câmara de Vereadores.

Recentemente os vereadores da nossa cidade quase que quiseram nos responsabilizar, pela falta de atenção a Ponta Grossa e à região, coisa que vocês todos nesta Casa e os Anais desta Casa, registrando os requerimentos por nós feitos, registrando pronunciamentos como este que fizemos e como o deputado Plauto também o fez. Estamos cumprindo a nossa parte.

O que falta e o governo do Estado ter vergonha na cara, coisa que não tem, para atender Ponta Grossa e a região dos Campos Gerais como ele atende as outras partes do Paraná. Primeiro era o ex-prefeito de Ponta Grossa que havia brigado com o governador e ele penalizava a população, não dando viatura nem gasolina e muito menos ainda comida para os presos. São oitenta centavos por preso para ele tomar café da manhã, almoçar e jantar. Nem os oitenta centavos ele repassa para a comida dos nossos presos. Acho que o Jaime Lerner está brincando com a cidade de Ponta Grossa e com a região dos Campos Gerais, só que essa brincadeira vai ter fim.

Solicito o tempo do PDT para conceder apertes.

Acredito que estaremos formando uma frente. Não queremos mais nada do que aquilo que ele tem dado a outras subdivisões do Paraná, a outros Batalhões da Polícia Militar, a outros IML's, onde tem a sua sede regional, do que ele deu, em condições de igualdade a nós de Ponta Grossa e da região.

Acho que o governador tem que parar, refletir e analisar que Ponta Grossa e a região dos Campos Gerais é igual a qualquer outra parte do Estado. Antes era o prefeito que tinha brigado e ele não atendia. O atual prefeito tem o melhor respeito pelo governador apesar de não per-

tencer ao seu partido político, mas soma com a comunidade em todas as posições que o governador solicitar.

Concedo aparte ao deputado Plauto Miró Guimarães em seguida, ao Moysés Leônidas.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Ouçõ com atenção o seu pronunciamento e venho me somar a ele.

Há mais de três anos, desde quando o senhor compunha a base de sustentação do governo, estamos alertando a Secretaria de Segurança Pública, do sério problema que enfrenta o município de Ponta Grossa e os demais municípios que são atendidos por aquele Batalhão. Há mais de três anos, Ponta Grossa não recebe uma viatura da Polícia Civil, não recebe viaturas para a Polícia Militar, problemas seriíssimos na distribuição de gasolina que os postos da cidade sempre reclamando que há meses não recebem e que pretendiam e pretendem parar de abastecer os carros da Polícia Militar. Problemas sérios de pessoal, de policiais da Polícia Militar e pior ainda, o presídio Hildebrando de Souza, do município de Ponta Grossa, está superlotado e necessita urgentemente de reformas e de ampliação.

Pior, o dinheiro foi repassado por Brasília, para o governo do Estado do Paraná. Foi repassado para a Secretaria de Segurança Pública para que ela investisse na melhoria dos presídios do Estado do Paraná; os municípios de Ponta Grossa e Castro estão esperando que esse repasse que o governo federal já colocou no Estado, chegue a cada um dos municípios. O senhor sabe, o senhor mora na cidade, do sério problema que está existindo lá em cada um desses presídios, onde rebelião, sempre sendo apontados sempre havendo ações daqueles detentos que não conseguem mais ficar dentro do presídio de tanta gente que existe dentro de cada um deles.

É um caos, é um problema sério, estou cansado de alertar o secretário de Segurança e também o Palácio Iguaçu do que está acontecendo em Ponta Grossa com relação à Segurança Pública. Não conseguimos agüentar mais. A sociedade está se movimentando, prefeitos, vereadores, lideranças, enfim, para acordar o governo, mostrando o que está acontecendo na nossa cidade e na região dos Campos Gerais.

Somo-me ao seu pronunciamento, porque está ficando um caos a segurança pública da nossa cidade de Ponta Grossa.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço o aparte e concedo aparte ao deputado Moysés Leônidas.

O Sr. Moysés Leônidas

Deputado Zuk, eu ia usar do meu horário, mas quero fazer das suas palavras as minhas, porque se eu levar Vossa Excelência em Londrina, é o mesmo discurso. Quanto mais dá, mais o governo baixa - é impressionante. Lá, também, nas duas eleições, para governador

Jaime Lerner teve a atenção do povo de Londrina e o que é pior, a esperança.

Existem algumas pessoas até que acham que estou pegando no pé do secretário Tavares. Se a carapuça servir pode entender que, daqui para frente, vou continuar pegando no pé. Ele é um cidadão que morou em Londrina, que conhece as nossas necessidades e que tem o descaramento de ir lá fazer uma reunião para ver o que a comunidade quer.

Ora, a comunidade era dele, ele conhecia, ele sabia. A falta de combustível para a segurança o pessoal está debitando, agora, à explosão da plataforma. Só pode ter sido isso, porque não deve estar vindo e estão fazendo ironia.

O Instituto Médico Legal de Londrina - um cidadão entrou num estabelecimento para assaltar e foi morto.

O cidadão ficou estirado no chão por 5 horas, porque não tinha combustível no I.M.L. para buscar o corpo.

Até ironizei no meu programa de tevê dizendo o seguinte: vieram os parentes do assaltante de Presidente Prudente esteve um parente que veio da França e, deu tempo de ele chegar, e o corpo ficou no chão. E o secretário foi lá - com a maior cara-de-pau - e disse que está abastecendo a Segurança de Londrina e levou lá meia dúzia de motonetas que nenhuma estava funcionando. E aí vai a polícia de motoneta e o bandido com escopeta. Essa é a situação do Estado.

Quero fazer das suas palavras, palavras que servem também para Londrina.

Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradecemos os apertes.

Queria dizer que ultimamente em Ponta Grossa, além da total falta de segurança é a total de respeito do governador do Estado através da segurança pública a ser oferecida à região dos Campos Gerais.

Quero voltar a este assunto, detalhando mais essa falta de atenção.

E espero, através do pronunciamento do deputado Plauto Miró Guimarães, que é da base de sustentação do governo, o engajamento do nosso Líder que representa a Oposição nesta Casa e à Liderança do Governo, na pessoa do nosso amigo Durval Amaral, que ele nos dê aquele respaldo necessário - através do deputado Plauto, para que Ponta Grossa venha ter a tranquilidade que sempre obteve em governos passados, e, infelizmente, neste governo, não está tendo o respeito, a consideração e, muito menos, a atenção do governo Jaime Lerner.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Findo o Horário do Pequeno Expediente.

No Grande Expediente concedo a palavra ao deputado Beraldin.

O SR. BERALDIN

O senhor presidente e senhores deputados, na semana que passou nós recebemos a visita do vice-prefeito de Adrianópolis, que historiava uma situação muito grave, da saúde da população de Adrianópolis. E, na condição de presidente da Comissão de Meio Ambiente, solicitei autorização do presidente da Assembléia, deputado Hermas Brandão, e convidei os membros da comissão. De pronto o deputado Algaci Tulio foi conosco ao município de Adrianópolis.

Estiveram conosco o Instituto Ambiental do Paraná, a Polícia Florestal, o doutor Eduardo Ratton, representando a Universidade Federal do Paraná, companheiros de trabalho da taquigrafia, do setor da imprensa. E lá fomos ver, *in loco*, a situação de Adrianópolis, mais especificamente a questão do chumbo, que atinge de forma bastante preocupante a população de Adrianópolis.

Na verdade, senhores deputados, segundo a técnica Andréia, que é da USP, diz que o balizador do chumbo no sangue é até 9%. E que ela tem lá uma pesquisa, em torno de 180 crianças, e que o chumbo no sangue destas crianças chega até 36%. Então, há crianças com 25% de chumbo no sangue, há criança com 32%, com 34%, com 19%.

Há, no meio da cidade, um resíduo industrial de chumbo, um volume espantoso. E há quem diga que é preciso fazer uma pesquisa sobre a poluição do ar, da água e dos alimentos.

Senhor deputados, nós nos deparamos com uma situação comovente. Há crianças com anemia profunda. E há, na verdade, uma obrigação urgente, por parte da Secretaria de Saúde do Estado e da União, por parte do IAP, enfim, por parte do Ministério Público, para que nos faça um relato da história, do que aconteceu em Adrianópolis.

Na verdade, começou a extração do ouro, da prata e do chumbo em 1953. Já se passaram não sei quantos prefeitos, não sei quantos políticos, não sei aonde estava a saúde pública, não sei aonde estava a população, que tem a competência técnica para balizar uma situação como esta e deixar uma região, uma cidade como Adrianópolis na situação em que está.

Senhor presidente, diante dos fatos, eu convoquei uma reunião para amanhã, às 11:00 horas, com os membros da Comissão do Meio Ambiente, onde o deputado Algaci Tulio vai, também expor uma fita feita na cidade. E aqui, também, estão as fitas gravadas. Porque nós fomos a Adrianópolis ouvir o povo. E nós ouvimos o povo. O povo que trabalhou na empresa, que conhece a história, que conhece o problema da saúde da população.

Então, está bem gravado, aqui e isto serve como documentário.

E faço alguns requerimentos para que sejam respondidos, a este Poder, à Secretaria de Estado da Fazenda, sobre a questão do Fisco Estadual, sobre a exploração de ouro e prata, que segundo relato da população, saía de Adrianópolis uma média de 25 quilos de

ouro/mês e mais 1.300 quilos de prata. E o chumbo não era o objetivo maior da licença.

Encaminho ao IAP também que o mesmo forneça a cópia do histórico ambiental da empresa Plumbo do Brasil Ltda, no município de Adrianópolis desde o início até o encerramento de suas atividades.

Encaminho requerimento ao IAP (Instituto Ambiental do Paraná) para que o mesmo forneça cópia do histórico ambiental do grupo Trevo, do município de Adrianópolis, que foi uma segunda empresa que lá se instalou. Começou pela Plumbo, que é uma empresa francesa e depois assumiu o grupo Trevo, depois assumiu mais alguém da iniciativa privada e nós precisamos conversar com esse alguém para que ele possa nos historiar: o que significa? Qual a importância de ele ter comprado aquilo? E por que comprou? E por que a prefeitura de Adrianópolis expediu um novo alvará para voltar a exploração do ouro e o minério em 1998, portanto, há dois anos atrás? Nós queremos saber do IAP, também, se foi expedido uma nova autorização para explorar aquilo que matou muita gente em Adrianópolis!

Diz um cidadão comum, havia gente especializada para fazer caixão para enterrar os “anjos”, o deputado Algaci Tulio ouviu isso, e eu ouvi isso. Não ouvi de nenhuma autoridade, ouvimos de um cidadão que viu com os seus próprios olhos e sabe contar a história, porque viveu a história.

Mas encaminho, senhor presidente, também, um expediente ao Instituto Ambiental do Paraná para que ele nos mande as informações sobre a Plumbo, que era uma empresa francesa e depois virou Plumbo do Brasil e agora tem um outro proprietário.

Requeiro também, senhor presidente, expediente ao governo do Estado solicitando a relação dos alvará de licenciamento fornecidos à empresa de mineração e pesquisa para a exploração de ouro, prata e chumbo no Estado do Paraná e o seu histórico ambiental. Aí vamos entrar, então, já que chegamos onde chegamos -, verificar as outras mineradoras do Estado para saber se há crime ambiental sendo cometido o crime com a saúde do povo do Paraná.

Senhor presidente, solicito também um requerimento ao governo do Estado para que informe o volume de empréstimo e incentivos fiscais dados pelo governo do Paraná, especialmente pelo BADEP, a essa Plumbo, ou a essa Plumbo do Brasil, visto que temos informações que, por mais incrível que pareça, o BADEP foi um dos financiadores dessa empresa que matou muita gente e que levou do nosso Estado muito ouro e muita prata e deixou o povo chorando.

Requeiro também, senhor presidente, à Caixa Econômica Federal para que nos informe o volume e o controle do ouro e da prata extraído em Adrianópolis, porque a Caixa Econômica Federal é responsável para controlar a saída das nossas riquezas minerais.

Senhor presidente, como medida também solicito um expediente para Tribunal Regional do Trabalho para

que nos informe quantas ações trabalhistas tramitem no Tribunal do Trabalho sobre estas empresas.

Requeiro também ao governo do Paraná a relação das fábricas de baterias, que usam chumbo e as baterias também que estão sendo reformadas com chumbo para saber se há uma autorização ambiental adequada para que a população não se contamine também com chumbo nesse setor, que é o setor de baterias.

Então, senhor presidente, senhores deputados, eu pedi o Grande Expediente e gostaria de dividir com o deputado Algaci Tulio para que ele também pudesse fazer um relato na maneira como ele viu e sentiu junto conosco a situação de Adrianópolis. Concedo com muito prazer e com muita satisfação porque na verdade o deputado Algaci Tulio tem sido um companheiro brilhante.

E quero lembrar a esta Casa que quando veio a mensagem dos recursos hídricos eu dizia aqui que nós temos que discutir a exploração dos recursos naturais no Estado do Paraná.

Então, esse projeto eu apresentei há muitos anos e infelizmente não conseguimos ainda ver tramitar.

Com muito prazer, se Vossa Excelência senhor presidente, permitir, eu solicito ao deputado Algaci Tulio, e gostaria de trazer aqui, infelizmente a minha assessoria falhou porque nós colhemos lá alguns vidros de veneno, de produto altamente tóxico que está lá no meio, está chegando aqui, eu gostaria que o deputado visse.

Há, senhor presidente, ainda informações extra-oficiais e por isso requeiro a Vossa Excelência que disponibilize um avião, helicóptero, para que junto com uma equipe técnica possamos ir ao local verificar o entulho que possivelmente há naquela região, naquela mineradora do produto altamente tóxico.

Então, segundo o relato da população há inúmeros tonéis de veneno enterrado lá no alto da montanha que a população treme cada vez que chove porque diz que de lá sai fumaça.

Então, já que há uma denúncia de populares, sugiro que possamos ir até lá e verificar se é que existe efetivamente esta situação. De resto tudo já aconteceu. Poluição do rio, doença na população, descaso das autoridades e o caso é alarmante.

Então, aí estão alguns vidros que coletamos no alto das montanhas junto àquelas montanhas e naturalmente quando chove isso corre para o meio do rio, polui o subsolo, polui o alimento da população, enfim, tudo isso acontece.

Senhor presidente, se Vossa Excelência permitir eu concedo o que resta do grande Expediente ao deputado Algaci Tulio para poder fazer um relato ainda mais minucioso.

Eu agradeço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Essa presidência abre esta exceção de dividir o Grande Expediente porque foi até em nome da Assem-

bléia que os deputados Beraldin e Algaci Tulio se digiram à cidade de Adrianópolis para verem “in loco” o grave problema que afeta não só aquele município, mas toda aquela região.

Com a palavra o deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

Na verdade o que o deputado Beraldin relatou ainda é pouco e o que eu vou procurar também relatar imagino que seja também pouco em relação a tudo o que presenciamos na última sexta-feira quando lá estivemos.

Os senhores podem reparar até a minha careca está vermelha porque aquela cidade é uma estufa, está entre morros, não tem vento e é muito difícil.

Nós na sexta-feira escalamos um morro de quase 200 a 250 metros de altitude para chegar até aonde chegamos.

Tenho aqui fotografias para mostrar todo o trabalho que fizemos com o pessoal do IAP, com o doutor Raton, com a Polícia Federal e com a Polícia Militar.

Tivemos que invadir essa mineradora, que estava com cadeados.

O jornal Gazeta do Povo, já vem há duas ou três semanas, mostrando em matérias a situação dos moradores da cidade de Adrianópolis, que volta e meia está no noticiário pelas enchentes em função do Rio Ribeira, que passa no meio da cidade, em função da ponte que já caiu e que, agora, graças a Deus, agora a ponte é de concreto que liga Adrianópolis, que divide com a cidade de Ribeira, em São Paulo.

Não tenho muita lembrança da história do Norte Pioneiro, mas alguns deputados aqui o deputado Moysés Leônidas, por exemplo, o próprio deputado Hermas Brandão, que atua muito no Norte Pioneiro, que teve o seu momento de eldorado.

O tempo do café foi o grande momento do Paraná, através das cidades do Norte Pioneiro.

Os grandes exploradores das nossas terras foram embora e o Norte Pioneiro, hoje, é uma das regiões que têm dificuldades para com o desenvolvimento de suas cidades.

O seu povo ficou carente de infra-estrutura, as grandes empresas foram embora, ficando somente o terreno, a área, muitas delas virando apenas pastagem.

Na cidade de Adrianópolis, pelos idos de 50, contam as pessoas com quem convivemos na última sexta-feira, era algo fantástico, impressionante e fabuloso. Era uma empresa, uma dessas mineradoras, com uma média de 1.000 a 1.200 empregados, além dos homens das minas, o pessoal da parte de produção, o pessoal da parte de preparação e o pessoal administrativo, girando em torno disso. Muitos deles - local, mão-de-obra, sem qualificação trabalhavam por míseros salários, muitos dos quais sem nenhum documento ou carteira assinada. Menores começaram a trabalhar nas mineradoras.

Temos depoimentos - uma parte que conseguimos gravar, que realmente são impressionantes. Há funcionários que encontramos lá, e estão muitos deles em fotografias que fizemos na última sexta-feira. Eles fazem relatos impressionantes. Um desses funcionários antigos, hoje, com mais ou menos 60, 65 anos de idade, conta que na empresa havia dois funcionários, marceneiros - para fabricar os caixões de defunto, para enterrar crianças e funcionários da empresa.

Há um cemitério fora da cidade, onde essas crianças e funcionários eram sepultados. Ora, um cidadão de 65 para 70 anos, que faz um depoimento desse não pode estar brincando ou mentindo.

E não foi só ele, isso foi repetido por outros funcionários.

Alguns nomes foram citados, por exemplo, a empresa tinha um departamento médico, que fazia a cada seis meses um exame nesse ou naquele funcionário, que se notasse estar um tanto debilitado. O resultado desse exame nunca voltava para o funcionário, sempre dizendo para ele que estava tudo bem e que ele poderia continuar trabalhando. E, no entanto ele estava cada vez mais sendo contaminado pelo chumbo, e davam leite para o pessoal, mas o leite tem muita gordura então ao invés de melhorar, piorava mais ainda. Quer dizer, uma situação crítica na verdade.

Então, ele cita nomes de médicos; um médico que mora aqui em Curitiba, doutor Bassique pelo o que a gente entendeu na palavra, e a comissão vai em busca de tentar localizar esse médico. Há também um tal de Jarbas Agibert que seria um homem de ligação da empresa naquela época com o IAP aqui em Curitiba, isso lá pelos idos de 60, 70, que comunicava o pessoal lá na companhia: "Olha, amanhã vai haver uma batida, uma fiscalização na empresa". Daí o pessoal tomava todas as providências que teriam que ser tomadas. Há um nome de um outro médico de São Paulo que também era uma pessoa que dava falsos laudos médicos para essas pessoas. Então, quantas pessoas morreram na época forte desta exploração de mineração lá na cidade de Adrianópolis!

Fala-se também aqui, e o que nós encontramos lá, senhores deputados, nós reunimos no ginásio de esportes da cidade aproximadamente 50 pessoas no final da tarde de sexta-feira. Claro que é clima de apreensão, um clima de medo na cidade, as pessoas têm medo de falar, de denunciar, de se expor, mas muitos ainda compareceram, especialmente os mais velhos.

Nós vimos gente de muleta, gente com mão defeituosa, gente com manchas na pele, gente usando óculos de grau muito forte, óculos que o cidadão não tem mais no que aumentar a sua lente para poder enxergar. Nós encontramos uma criança que tem sete anos de idade; ela não tem o tamanho de uma criança de dois anos.

Encontramos lá uma pesquisadora de uma universidade de São Paulo, são três pesquisadoras, estão lá pelo menos há mês e meio, fazendo trabalho de pesquisa de campo, e elas consultaram, estão atendendo 99 crianças,

e dessas, e eu não sei até hoje como é que essas coisas nunca chegaram aqui na cidade, como é que a Secretaria Estadual da Saúde não foi comunicada disso, por que é que os prefeitos daquela cidade nunca se manifestaram, nunca denunciaram, criança que está ficando cega, criança com defeito físico, adulto que já não anda, tem as pernas amolecidas porque as juntas não agüentam mais o seu corpo.

São coisa sérias, minha gente o que constatamos lá é de chorar, não é demagogia, é de chorar o que nós vimos lá em Adrianópolis, a menos de 130 quilômetros de Curitiba, e isso não chega ao conhecimento das autoridades do nosso Estado. Não é possível! O que é que estava encobrindo tudo isso lá durante todas esses 50 anos? Será que houve interesse político? O que havia por trás? E agora recentemente eles receberam uma licença para voltar a atuar, mas voltar a atuar o quê? Fazer o quê e como trabalha? Como trabalhar naquela região? O gado naquela região, deputado Irineu Colombo, está se alimentando de uma vegetação totalmente contaminada pelo chumbo.

Eu vou dar um dado aqui, nós não conseguimos pegar porque evidentemente queríamos criar um problema para a pesquisadora da USP, mas ela nos mostrou e nós vimos, eu, o deputado Beraldin, o companheiro Airtton que é da taquigrafia que esteve lá, puderam ver de perto os exames que ela fez em 99 crianças, veja: há uma taxa normal de chumbo no sangue admitida pela Organização Mundial de Saúde que é de 9,5 miligramas por decilitro de sangue. Sabem a quanto algumas crianças chegaram, nesta taxa? Crianças de 7, 10 anos chegaram a 18, 20, 25, 30! Pasmem, a 36 miligramas, no sangue! Que sangue tem essa criança? Que futuro têm essas crianças? Como é que essas crianças vão sobreviver? E já têm problemas de cabeça, de membros, problema de pulmão, de tudo, minha gente!

Não é possível, e o que mais chama atenção, deputado Anibelli, é que isso estava acontecendo aqui, nas barbas de Curitiba, e Adrianópolis é inserida na região metropolitana de Curitiba. E não sei por que cargas d'água estas coisas não chegavam até as autoridades. Chegou, e até a imprensa destacou, numa certa ocasião, que a Plumbo estava sendo fechada e que tinha deixado alguns problemas, na cidade. Mas ninguém nunca imaginou que eram problemas tão sérios!

Nós chegamos lá e subimos em verdadeiras dunas, dunas de chumbo, como estão aqui, nessas fotografias, morros de chumbo, minha gente, onde a criança brinca, onde os animais passam por ali. E quanto bate vento, coisa muito rara, mas quando bate o vento isso aí é espalhado, como se vê nas praias do Nordeste, nós temos Deledunas de chumbo aqui no Paraná, não temos dunas de areDeleia! E isto aqui tudo era levado para o rio Ribeira, que passa a menos de 50 metros da empresa. Quer dizer, há quantos anos, na época da exploração, na época forte da mineração, imaginem, quanto chumbo, quanto resíduo de metal, de ácido foi jogado para o rio

Ribeira? Quanta gente, abaixo, morreu, ao comer o peixe do rio Ribeira, minha gente? É coisa muito séria!

Isso foi o que nós constatamos lá, última sexta-feira, coisa de doer o coração da gente! Quando nós reunimos este pessoal, uma parte deles, no ginásio de esportes da cidade, foi realmente de comover, eu, o deputado Beraldin, nós todos que estávamos lá.

Aqui tem a fotografia da criança que eu citei, uma criança que tem 7 anos você olha para ela, ela não passa de uma criança de 2 anos de idade, raquítica, uma série de problemas de saúde. Certamente o futuro dessa criança é por demais crítico, lamentável, como o das demais crianças, lá da cidade de Adrianópolis. Aqui está a criança, nos braços da pesquisadora, você olha a compleição física dela, ela não tem mais de 2 anos!

Então, senhor presidente, senhores deputados, o relato que fez o deputado Beraldin, o relato que eu trago aqui também, neste momento, é testemunhado por estas fotografias todas aqui, que o nosso fotógrafo esteve lá e das dificuldades que enfrentamos, para chegar lá.

Repito, nós escalamos um morro de quase 250 metros, e não chegamos no topo ainda, porque lá no topo existe a informação que existem 40 tambores de produtos químicos que ficaram abandonados lá. Cada vez que chove, na região, evidentemente que aquilo vem sendo trazido para baixo, para dentro da cidade de Adrianópolis. Eu queria fazer coro ao que disse o deputado Beraldin, é uma coisa muito séria!

E não vamos muito longe, parece que aqui em Pinhais também tem alguma coisa que ficou aí. Na verdade o Vale da Ribeira foi um vale muito rico, como foi o Norte Pioneiro, no seu eldorado, o Vale da Ribeira foi muito rico, mas muito rico mesmo. Trouxemos até uma revista que fala aqui: "Adrianópolis em ritmo de progresso". Revista paranaense dos municípios, e mostra aqui dados históricos da mineração, da exploração do chumbo, do ouro, da prata daquela região. Os franceses vieram, os americanos vieram, exploraram, levaram a nossa riqueza e deixaram a pobreza e a doença, naquele Vale. É muito triste aquele Vale da Ribeira. Para chegar lá é uma dificuldade enorme, são quase 3 horas de viagem, que fizemos na última sexta-feira, voltando de lá altas horas da noite. Mas valeu a pena ver aquilo e tomar alguma providência que esperamos que possamos ter sorte, deputado Beraldin, e que força ocultas, que forças não tão ocultas assim também não venham a querer impedir esse trabalho de investigação.

Urgentemente o governo do Estado, e já o faz por requerimento o deputado Beraldin, tem que mandar uma equipe da Saúde Pública lá, ficar um mês se for necessário lá, coletar exames de todas aquelas crianças e daqueles adultos.

Porque não é possível, ter gente morrendo todo dia, ser enterrado normalmente, "é problema de pulmão", e passa e vai, está morrendo e ninguém está sabendo, ninguém está tomando nenhuma providência.

Concedo o aparte ao deputado Edson Strapasson.

O Sr. Edson Strapasson

Deputado Algaci, gostaria rapidamente de fazer um aparte. Pena que o tempo é curto.

Na verdade, o município de Adrianópolis que viveu em função basicamente da exploração do chumbo na região, nós cremos que naquela oportunidade com certeza, os danos ambientais e nocivos à saúde eram muito maiores e infelizmente nunca tiveram nenhum levante por parte dos órgãos ambientais e de saúde do Estado do Paraná.

Aí cabe um alerta a nós, deputados, até para poder fazer com que Secretaria de Estado do Meio Ambiente, no seu processo de vistoria, fiscalização, tenha um programa de ação que realmente priorize os grandes problemas ambientais.

Infelizmente, nós vemos muitas vezes, a Delegacia de Meio Ambiente, autuando questões mínimas, insignificantes, que na verdade, não são sequer agressões ao meio ambiente, muitas vezes usando até os fiscais como uma forma de, até às vezes, buscar vantagens, mas eu queria dizer que é importante o Estado ter no seu projeto de fiscalização um projeto que realmente dê prioridade aos grandes empreendimentos que realmente afetam, não somente o meio ambiente, mas com grande gravidade e a saúde da nossa população.

Então é importante buscar nesse problema, nesse exemplo, uma correção de caminho fazendo com que a Secretaria de Estado e Meio Ambiente, a partir de hoje tenha no seu trabalho uma estratégia, um plano de ação que realmente contemple a fiscalização rígida das grandes questões que afetam, e não apenas questões mínimas, que na verdade, nada resolve, ou nada mais serem senão para atormentar o dia-a-dia de um cidadão, pequeno empresário, que a nível de região metropolitana recebe os fiscais, recebe uma autuação, tem que pegar advogado, se defender por uma questão mínima, quando as grandes questões realmente são, ou ignoradas ou esquecidas ou acobertadas infelizmente.

O Sr. Beraldin

Só um comunicado.

Deputado Algaci Tulio, amanhã, às 11 horas, teremos a reunião da Comissão de Meio Ambiente, e vamos convidar o atual dono da mineradora, para que ele compareça à comissão, como convidado, para fazer o seu relato, por que ele comprou essa mineradora, porque saiu essa licença, para confirmar o depoimento dos funcionários da empresa que atuam lá em situação irregular, e com certeza senhor presidente, não querendo me alongar, mas aqui pode estar um assunto de uma CPI, com certeza.

O SR. ALGACI TÚLIO

Gravíssimo, nem entrando na área ambiental, nem entrando na área econômica da região, mas entrando na área de saúde que é o principal desta situação.

E amanhã nós vamos apresentar também na comissão uma fita de vídeo que foi feita na região também, mostrando todo esse detalhe, das fotografias.

É importante dizer da nossa tristeza. Podia dizer da nossa satisfação, mas da nossa tristeza desse quadro deprimente que está aqui pertinho da cidade de Curitiba e que lamentavelmente, por algumas razões que não se sabe quais, estava sendo ocultado da população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão).

Horário das Lideranças.

PL, deputado Baratter.

O SR. ANTONIO BARATTER

Senhor presidente, senhores deputados.

Esta Casa de Leis aprovou projeto para que a operadora Telepar Brasil Telecom pudesse discriminar os pulsos nas contas telefônicas.

Na semana passada, o juiz da 6ª Vara Federal, concedeu liminar para a empresa Telepar, alegando que a empresa teria ônus ao discriminar os pulsos e de que esse projeto seria um projeto inconstitucional. Conversando com o procurador Geral do Estado, Joel Coimbra, a equipe da Procuradoria Geral do Estado está buscando dados, informações e subsídios jurídicos para, ainda nesta semana, entrar na Justiça para buscar derrubar a liminar concedida pela 6ª Vara Federal, e enquanto isso estamos nos movimentando.

No início de abril, lá em Cascavel, iremos reunir todos os Procins do Paraná para iniciarmos um trabalho com algumas circunstâncias específicas e nesse dia vamos criar o Dia Estadual pela Discriminação dos Pulsos contra a empresa Telepar, para que nesse dia possamos não digitar o nº 14.

Lembro que a história registra que quando Cícero ia na tribuna romana, começava uma frase: “Cartago deve ser destruída”. Não é o nosso caso contra a Telepar Brasil Telecom, mas na verdade, o que estamos observando é um total desrespeito ao consumidor, e em função disso protocolei na Mesa um ofício, sugerindo que a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em respeito ao cidadão e ao Código do Consumidor que completa dez anos, que a Casa mude de operadora ou então, que mudem algumas linhas para que possamos na prática, comprovar o que é receber uma conta discriminada e o que é receber uma conta não discriminada através dos pulsos.

Estamos encaminhando um projeto de lei que hoje protocolamos, dando autorização ao governo do Estado do Paraná também para que possa mudar de operadora ou então, que mude algumas linhas para que o Estado, na discussão prática da defesa da cidadania e do consumidor, possa, verificar o quão difícil é termos acesso à caixa preta dos pulsos da Telepar.

Nesse sentido peço aos senhores deputados que nos auxiliem e gostaria que hoje à tarde ou amanhã, a

gente pudesse sentar à mesa diretriz da Casa e discutirmos concretamente a mudança de operadora dos telefones fixos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

A Câmara Municipal de Curitiba está encaminhando uma discussão para que uma CPI seja criada.

Ora, depois de recebermos os documentos do professor Wagner, onde ele faz um estudo, como professor há muitos anos de Telecomunicações, e mostra que o seu aparelho, acoplado via Internet, onde os pulsos que fez, e monitorou contra os pulsos que a Telepar colocou na sua fatura, é uma prova concreta de que esta empresa nos sacaneia na questão dos pulsos da telefonia fixa.

Faço esta breve colocação no sentido de que possamos, em respeito ao Código do Consumidor, na prática, executarmos uma ação para que esta empresa possa respeitar o consumidor e que essa empresa, via judicial, não tenha que respaldar esta decisão, dizendo para a sociedade que ela terá custos e segundo uma audiência que tive na parte da tarde com o presidente do Procon do Paraná, ele disse que a Telepar alegou que necessitaria de um investimento de um milhão de dólares para digitalizar as suas contas, o que nos parece muito pouco para uma empresa da envergadura do Brasil Telecom.

Obrigado.

O Sr. Algaci Tulio

Queria aproveitar o Horário da Liderança e dizer que tenho aqui duas pastas com mais de 400 reclamações e denúncias com relação à questão da telefonia. Quero, tão logo a Assembleia oficialize a instalação desta CPI, fazer a entrega desta documentação para que a CPI tome as devidas providências.

O que está acontecendo na área de telefonia em Curitiba, é um caso de polícia. Ainda, ontem, uma senhora me telefonava dizendo de que aquelas caixas que ficam nas esquinas já não tem mais a tampa da caixa, estão fechando com plástico. O que está provocando isso? que qualquer malandrinho de rua vai lá, puxa um daqueles fios, aquele fio é uma linha telefônica que parte da sua casa. Ele com o aparelhinho ele faz uma ligação. E a senhora falou que esses dias usaram o seu telefone e ela acabou, depois, verificando isso, pedindo para fazer uma entrega de droga na sua casa. É um caso de polícia.

Há funcionários de terceirizadas que ficam pendurados em postes aí. Antigamente a gente sabia quem era porque estava lá o uniforme da Telepar. Hoje é de 50,30 sei lá, quantas empresas terceirizadas, que a gente não sabe de onde vem esse pessoal. E eles sobem no poste, abrem a sua linha, usam a sua linha, fazem a ligação e você imagina que ele está consertando o seu telefone. Dia desses uma senhora também disse que ao mesmo tempo em que ela levantou o seu telefone, ela estava ouvindo uma ligação na sua linha telefônica. Isso são coisas mínimas que estão acontecendo na questão da telefonia.

Então aqui estão documentos importantes, denúncias, reclamações que quero chegar até a CPI para que a CPI, tão logo instalada, possa tomar as providências.

São coisas cabeludas, coisas absurdas que não são possíveis mais. Sem contar, deputado Baratter, a questão da guerra das antenas de celulares. Porque um pouquinho antes de entrar essa última empresa aí, a GVT, um pouquinho antes o que aconteceu: a que estava tocando a telefonia aqui, alugou, porque eles estão alugando terrenos para instalar as antenas. Ela alugou uma série de terrenos - sem precisar utilizar, para amarrar aquele terreno para que não fosse alugado para a sua concorrente. Em alguns lugares começou a instalar uma torre, só para dizer que vai instalar a torre. Mas é que é para a outra não utilizar. Porque, tecnicamente, eles sabem onde é que tem que se fazer a torre para poder dar um alcance maior no equipamento celular.

São coisas absurdas que esta Casa não pode se negar no sentido de investigar, a fundo, essa questão da telefonia aqui no Paraná.

Obrigado.

O SR. ANTONIO BARATTER

Agradeço o aparte do deputado Algaci Tulio.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Horário da Liderança do PMDB, concedo a palavra ao deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhores parlamentares. Ocupo o Horário do PMDB, apenas para uma breve resposta ao pronunciamento feito pelo deputado Durval Amaral na sessão de 5ª feira.

O deputado diz: para jogar um pouco mais de lenha nessa fogueira da privatização, quem foi que começou com a idéia no Paraná de vender ações da Copel? O senhores sabem quem foi? Através da mensagem tal, da lei número tal começou o processo de privatização da Copel...

Acho que realmente o deputado Durval é uma das pessoas que sabem como foi feito. Aliás, ele sabe, eu sei - era chefe da Casa Civil, o Durval sabe que era secretário do governo, do Requião, o José Tavares também sabe porque também era secretário do governo e muitos parlamentares aqui sabem a origem da lei que foi mandada para a Assembléia, aprovada pela Assembléia e não se concretizou. Porque há uma diferença extraordinariamente crucial entre a proposta atual do governador Jaime Lerner, de vender a Copel para pagar pessoal, para capitalizar o fundo; e a proposta enviada, que originou a Lei nº 10702, em dezembro de 93, pelo senador Requião, então governador. Porque ela dizia o seguinte: cuidem bem, senhores deputados: no procedimento de venda não serão levado em consideração específica, destinada a cada operação, indicar para os respectivos lotes de ação preço mínimo inferior a 90% do seu valor patrimonial.

Naquela oportunidade, o que foi feito com o Banco do Estado, com tantos e tantos bens privatizados agora,

naquele tempo já havia a preocupação: ou vende pelo valor patrimonial ou não vende! Estipulava 90% do valor patrimonial para vender. Mas, para vender o quê? Para vender, senhor presidente e senhores parlamentares, a totalidade das ações, sem direito a voto, emitidas em nome do Estado do Paraná. Ações sem direito a voto!

Portanto, ações que não controlam o comando da Copel. E as ações ordinárias, emitidas em nome do Estado, até o limite do artigo 3º desta lei.

Vamos ver o que diz o artigo 3º desta lei: "O Estado do Paraná deterá, sempre, no mínimo, 60% do total das ações ordinárias da Companhia Paranaense de Energia Elétrica".

Portanto, esta lei aprovada deixava na própria lei determinado que sob nenhuma hipótese, nenhuma hipótese, repito, o Estado ficaria com menos de 60% das ações ordinárias em seu poder! Vendia até o limite máximo de 40%. E vendia para quê? Vendia para construção de novas usinas!

E aí, deputado Hermas Brandão, Vossa Excelência que hoje é presidente desta Casa, deputado Pessuti, Heinz Herwig, que à época era deputado, e outros que não lembro, foram a Palácio para conversar com o governador para permitir que parte da venda desta ações pudesse ser utilizada na construção de algumas rodovias necessárias no Estado do Paraná e da Ferroeste porque o desejo do governador era colocar 100% das ações na própria Copel.

Senhor presidente e senhores parlamentares, eu gostaria que o nobre líder do governo debatesse este assunto conosco, ouvisse o que estamos colocando, porque há uma estratégia, elaborada na época, da seguinte forma: quando a lei determinava vender parte das ações para construir a Usina de Segredo, e já revendo recursos para construir, na sequência, a outra Usina que foi construída. Agora, o que é que está acontecendo com isso?

Só para concluir, senhor presidente, porque quero deixar este desafio aqui da tribuna para discutir com o deputado Durval Amaral, a qualquer instante, a questão do projeto de lei enviado pelo ex-governador Roberto Requião e aprovado por esta Casa, porque ele é absolutamente diferente. Capitalizada a Copel se aumentaria o valor das ações da Copel. Aumentando o valor das ações da Copel, construídas com recurso público, obviamente haveria um chamamento de capital para o sócio minoritário que não investiu. Em não subscrevendo a Copel, subscreveria e retomaria, novamente, os 80% que ela possuía dentro da empresa, da mesma forma viabilizando a construção de usinas com recursos antecipados de venda de ações da Copel, nunca pondo em risco o controle acionário da empresa.

Voltaremos a discutir este assunto e espero que seja feita a grande diferença entre a Copel para capitalizá-la ou doá-la para a iniciativa privada, como está se querendo fazer agora!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ainda no Horário das Lideranças: PFL.

(Declina)

PSDB.

Com a palavra o deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA

Senhor presidente, senhores deputados.

O dia 15 de março é dedicado às “comemorações”, muito mais a reflexões do Dia Internacional do Consumidor. E o movimento consumista, ligado ao Movimento de Defesa do Consumidor, procura com as suas limitações, com as suas dificuldades, durante a semana inteira, dessa semana do dia 15 de março, chamar a atenção da sociedade, das autoridades para essa área nova do direito brasileiro, o direito de defesa do consumidor na verdade é um instrumento muito forte, muito ágil, mas lamentavelmente ainda pouco utilizado, porque em muitos casos o Poder Público que tem a obrigação de criar instrumentos para pôr em prática os artigos do Código de Defesa do Consumidor, não o faz e em muitos casos porque a própria sociedade, por falta de acesso às informações, não tem conhecimento dos seus próprios direitos.

O jornal Gazeta da Povo que tem dado, aliás um apoio extraordinário a essa causa da Defesa do Consumidor aqui no Paraná, tendo inclusive uma página específica, semanal, para o assunto, fez uma pesquisa juntamente com o Instituto Paraná Pesquisas. E a matéria diz aqui que 35% dos curitibanos enfrentam problemas como consumidores. De cada dez curitibanos, aproximadamente quatro já tiveram problemas como consumidores. Isso em Curitiba, onde existe Procon que tem a mínima estrutura, mas que tem tido uma atuação pelo menos esforçada no sentido de dar respostas à sociedade.

Importante que exatamente porque existe um Código de Defesa do Consumidor, o Procon, que como falei é um órgão que atua de forma debilitada, rejeitada, esquecida pelo governo do Estado, tem dado respostas extraordinárias à população. Aliás, tenho uma mágoa com relação ao governo Jaime Lerner. Jamais o governo do Estado deveria ter extinto a Secretaria de Proteção e Defesa da Consumidor. Foi falta de consciência de, naquele momento, extingui-la juntamente com outra Secretaria e mudança no secretariado, já que esta Secretaria não trazia um centavo de dívida para o governo do Estado. Até porque, eu mesmo, como secretário não recebia do governo do Estado, tinha optado pelo salário de deputado e os órgãos que me davam sustentação eram o Procon e o Ipe.

Mas, vejam bem, senhores deputados, a importância do Procon. Você sabe o que é o Procon? 75% da população de Curitiba sabe o que é o Procon.

O Procon é um órgão eficiente, 65,7% dos ouvidos, dos entrevistados, acham que o Procon é um órgão eficiente.

Como consumidor, você se sente protegido pelo Procon? 60,79% se sentem protegidos pelo Procon.

Volto a frisar, o Procon que tem meia dúzia de funcionários, não tem muitas vezes um carro à disposição da

fiscalização, não tem estrutura, muitas vezes até o aluguel do prédio fica atrasado. Mas, mérito da lei de proteção e defesa do consumidor, a lei que foi promulgada em 1990, a Lei nº 8.078. Interessante também registrar e daí registrar um dos objetivos de estar nesta tribuna hoje, que segundo as consultas e reclamações feitas junto ao Procon, das 69.578 registradas, 26.330 reclamações são da população em relação à área de prestação de serviço no Estado do Paraná e particularmente em Curitiba, isto é, mais de um terço das reclamações registradas no Procon são contra os serviços prestados pela telefonia, agora privatizada, pelo sistema de saneamento agora praticamente privatizado, pelo sistema de cobrança de pedágios nas rodovias agora também privatizado e também naturalmente fornecimento de energia, como é o caso da Copel onde as respostas às reclamações são um pouco mais eficientes.

Mas, dentre todos os setores - e o Procon faz uma divisão das reclamações por setores, serviços, produtos, assuntos financeiros, habitação, saúde, consórcio, alimento, serviços bancários, quer dizer, 37% são na área de serviços, exatamente para criar mecanismos de proteção à sociedade é que estou apresentando um projeto reformulado, deputado Valdir Rossoni, projeto que tem conhecimento, que apresentei anteriormente prevendo a criação da agência estadual de regulação dos serviços públicos delegados no Estado do Paraná, a Agepar, a pretendida Agepar, nos moldes do que é a ANEEL, nos moldes do que é a Anatel, nos moldes dessas agências que foram criadas pelo governo federal para servirem como agentes reguladores, regulamentadores até dos serviços delegados, privatizados, terceirizados. Tenho sentido isso e senti com mais presença quando estava na Secretaria de Proteção e Defesa do Consumidor que as denúncias aparecem. São encaminhadas à ANEEL, Anatel ou órgão regulador nacional que não tem conseguido dar respostas como a ANP, por exemplo, exatamente porque não têm estrutura e estão muito longe do consumidor, estão muito longe aqui do Estado do Paraná.

A ANP, por exemplo, deputado Basílio, atendia toda esta região Sul com apenas três fiscais para fiscalizar qualidade de combustível em todo o Estado do Paraná. Impossível de ser prestado este serviço.

Então, há necessidade, já que o Estado está também nesta onda de privatização, de terceirização que é também uma política do governo federal...

O Sr. Algaci Tulio

Permite um aparte, deputado?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Seu horário está esgotado. Eu concedo mais um minuto para encerrar seu pronunciamento.

O SR. SÉRGIO SPADA

Pois não, mas faço questão de conceder este um minuto que me resta ao deputado Algaci Tulio que é um

dos deputados dedicados a esta causa da defesa do consumidor aqui no Estado do Paraná e sobre o projeto, especificamente, em outra oportunidade estarei discorrendo.

Com muito prazer, o deputado Algaci.

O Sr. Algaci Tulio

Deputado, posso lhe deixar à vontade, porque tenho a Liderança do PTB.

Senhor presidente, concedo a liderança do PTB para que possamos continuar este assunto importante que é a questão da defesa do consumidor.

(Assentimento do senhor presidente).

Deputado Sérgio Spada, pode ficar bem à vontade e vamos concluir este trabalho.

Vossa Excelência falava de pesquisa e o jornal Gazeta do Povo, no dia do consumidor, traz: “telefonia lidera as reclamações ao Procon”. O balanço mostra que no ano passado caiu o número de pessoas que buscaram seus direitos, mas lamentavelmente a telefonia vem liderando as reclamações, que é exatamente em cima daquilo que Vossa Excelência falou da terceirização de alguns setores do Estado que lamentavelmente não acompanharam a qualidade de serviços que prestavam quando ainda eram empresas estatais. É o caso da Telepar - é impressionante, é este o medo que temos que ocorra com a Copel, se porventura vier a ser também privatizada.

O trabalho do Procon, quando Vossa Excelência esteve à frente, sempre tínhamos o contato muito próximo, através de meios de comunicação, de visitas. Foi realmente uma pena que o Estado tenha extinguido a Secretaria. Tinham outras Secretarias para extinguir, que não trazem produção quase que nenhuma. Ao contrário do que é a da Defesa do Consumidor, que hoje é um assunto do dia. Tudo o que se fala é sobre a defesa do consumidor. E o consumidor tem mil direitos, mas se não tiver um órgão que lhe dê um auxílio, que possa lhe dar uma boa orientação - de repente ele nem mesmo sabe de seus direitos. E quando Vossa Excelência dirigia essa Secretaria, tinha toda essa atuação e trabalho.

Lamento profundamente, mas aproveito para dizer que está, aqui, Vossa Excelência acabou de colocar que, serviços é o primeiro colocado nessa questão das reclamações e dentre eles está a questão da telefonia, que recentemente abordou o deputado Baratter, e nós o apartamos, com todo um calhamaço de denúncias e reclamações, que esta CPI terá que tocar à frente.

Quero cumprimentá-lo e dar espaço para que Vossa Excelência possa expor, agora, com relação ao seu projeto na tribuna.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO SPADA

Agradeço o seu aparte e a deferência de conceder-me o tempo do PTB, para concluir o meu pronunciamento.

Senhor presidente, senhores deputados, perfeitamente legal e constitucional, até porque o Estado de São

Paulo criou a agência nesses moldes e está funcionando e dando resposta para a sociedade, no Estado de São Paulo - precisamos criar essa agência reguladora dos serviços públicos delegados do Estado do Paraná.

Deputado Algaci Tulio, veja bem como muitas vezes a sociedade perde, por falta de um órgão, uma entidade, da sociedade civil, se colocando à disposição da sociedade. Vamos Excelências devem estar lembrados de que no início de 99 o governo federal provocou uma desvalorização brutal do real em relação ao dólar. Resultado: a população paranaense, brasileira, que tinha feito contratos de leasing nas financeiras, para comprar seus automóveis, tiveram suas prestações aumentadas automaticamente, em mais de 100%. Virou um caos, em todos os lugares, particularmente para as pessoas de baixa renda, porque estavam com seus salários congelados.

Na oportunidade, a secretaria, através do Procon, juntamente com a Adoc, ingressamos na Justiça, 6ª Vara Cível de Curitiba, e na época, tínhamos conseguido uma liminar do juiz titular daquela pasta, daquela Vara da Justiça Civil. E mais de 3200 mutuários, financiadores de automóveis, junto às financeiras ganharam dinheiro, em pagar a prestação corrigida com base no INPC e não com base no dólar.

Para a nossa alegria, no dia 06 de março, o Tribunal de Justiça confirmou a sentença, criando uma nova jurisprudência a respeito do caso, porque até então nunca tinha sido questionada a questão da correção dos contratos feitos de “leasing”, com base no dólar. É uma vitória do movimento de defesa do consumidor, desses 3.200 paranaenses, que através do governo do Estado ingressaram com essa ação na justiça.

Quero frisar, senhor presidente, senhores deputados, que a Gepar (sic) tem por objetivo atuar de forma muito forte, segundo a lei, não só na fiscalização, harmonização do relacionamento do consumidor e fornecedor, mas também tem prerrogativas para influenciar na definição de tarifas públicas, uma vez que, hoje, não há um órgão do lado do consumidor, para estar mediando esse aumento, essa autorização de aumento das tarifas públicas. E assim na área de energia, dos pedágios, das ferrovias, das telecomunicações, portos, hidrovias, transporte de passageiros, aeroportos, mineração, parques e reservas florestais, enfim, tudo que for terceirizado, privatizado aqui no Estado do Paraná, essa agência que teria, que terá uma composição bem heterogênea, com representante do Ministério Público, na Ordem dos Advogados do Brasil, desta Casa, Assembleia Legislativa e também da sociedade civil, estará analisando as planilhas na hora de liberar qualquer tipo de aumento das tarifas cobradas por essas empresas terceirizadas.

Volto a frisar, um dos itens dos artigos desse projeto de lei que estou apresentando faz uma alusão direta e concreta de que como instrumento básico para colocar em prática a política da agência é o código de defesa do consumidor.

E não é o código pelo código, senhores deputados, não é a agência pela agência, mas eu, como secretário, pude perceber isso, o empresário imediatista, que quer o lucro pelo lucro só tem medo de uma coisa: que metam a mão no bolso dele, e o Código de Defesa do Consumidor tem no seu artigo 57 a previsão expressa, inclusive dando até de forma subjetiva a autoridade, daria à Agepar como dá ao Procon, o direito de emitir multas contra quem desrespeita o direito do consumidor de trezentas a três milhões de UFIR's.

É isso que faz com que todo fornecedor tema o consumidor quando ele tem consciência de que o Código do Consumidor tem esse tipo de punição para quem desrespeita o consumidor.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicitaria ao nobre deputado que encerrasse o seu pronunciamento em virtude de ter esgotado o seu tempo regimental.

O SR. SÉRGIO SPADA

Agradeço, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Liderança da Oposição.

Liderança do Governo.

(Declinam)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Expediente subscrito pelos senhores deputados Antonio Baratter, Serafina Carrilho e Pastor Edson Praczyk, constante do expediente, apresentado um projeto de lei que autoriza o governo do Estado a mudar a operadora de telefonia fixa que presta serviço aos diversos órgãos do Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pelo senhor deputado Cezar Silvestri, constante do expediente, informando que a partir desta data estará filiando-se ao Partido Popular Socialista em conjunto com o senhor deputado Marcos Isfer, informa ainda que será designado para - exercer a Liderança do mesmo partido. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Expediente subscrito pelo senhor deputado Marcos Isfer constante do expediente, informando que a partir desta data, estará se filiando ao Partido Popular Socialista. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Baratter e da senhora deputada Serafina Carrilho, constante do expediente. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 395/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Turvo, com sede no município de Turvo e foro no município de Guarapuava. **Aprovado.**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 407/2000, de autoria do deputado Péricles de Mello, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Monteiro Lobato, com sede e foro no município de Ponta Grossa. **Aprovado.**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 409/2000, de autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública o "Centro de Apoio aos ex-moradores do Norte do Paraná". Com sede e foro nesta Capital. **Aprovado.**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 410/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual de Pinheiral de Baixo-Ensino de 1º Grau, com sede e foro no município de Palmeira. **Aprovado.**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 415/2000, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o "Grupo de Idosos Unidos em Cristo de Ouro Preto", com sede e foro no município de Toledo. **Aprovado.**

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 017/2001, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, veda a cobrança de tarifa mínima pelas concessionárias de serviços públicos no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. (**Publ. no DA nº 004, de 21.02.2001**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 017/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, tem por objetivo vedar a cobrança de tarifa mínima pelas concessionárias de serviço público no Estado do Paraná.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos

que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 13.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 017/2000

P A R E C E R :

Relatório

O presente plano de lei, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, tem por objetivo vedar a cobrança de tarifa mínima pelas concessionárias de serviços públicos no Estado do Paraná.

Fundamentação

Tal propositura já foi analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que exarou parecer favorável.

Esta Comissão de Finanças chamada a opinar verificou que o projeto em questão consulta aos interesses da população, pois não cabe cobrar coisa alguma de quem nada tenha consumido em determinado período, permitindo o enriquecimento das empresas concessionárias às custas dos usuários.

Conclusão

Pelo exposto, somos pelo parecer Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 14.03.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (**Pela Ordem**)

Para encaminhar, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para Encaminhar, o deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, a discussão do projeto de lei de nossa autoria, o 017/01, trata da vedação da cobrança de tarifa mínima pelas concessionárias de serviços públicos no Estado do Paraná. Tenho certeza que todos o senhores parlamentares têm acompanhado o que vem acontecendo com as diversas concessionárias de serviços públicos, de energia elétrica, de saneamento básico, água, e também de eletricidade. Todos nós sabemos que essa famigerada tarifa mínima, ou assinatura, foi instituída à época em que precisava se prover o País de uma infra-estrutura para desenvolver os serviços públicos.

E quando era estatal isso ocorreu até recentemente, e corre ainda, é cobrado. Todos os senhores sabem que ao receber a conta de telefone está lá: assinatura básica. E eu

pergunto aos senhores, quem é que sabe o que quer dizer assinatura básica? Assinatura básica, tantos reis mais 25% de ICMS. O que é assinatura básica? Nós costumamos pagar por algo que nós compramos ou por um serviço que nós recebemos, uma mercadoria que nós compramos. Agora, assinatura básica, isso na questão da telefonia: na questão da água e do saneamento básico também eu dizia outro dia na Tribuna desta Casa que a Companhia de Saneamento do Paraná, a Sanepar, usa de uma recomendação da OMS, que prevê, que diz que uma família, para ter uma vida saudável, para prover todos os membros da família, de saúde, de alimentação, de higiene, precisa consumir no mínimo 10 metros cúbicos de água, por mês. Quer dizer, isso é uma recomendação para bem da população, baseado nisso a Sanepar, espertamente cobra, como tarifa mínima, 10 metros cúbicos de água, em cima disso mais 80% pelo esgoto sanitário.

Nós queremos, com esta lei, fazer com que as concessionárias e serviços públicos, do nosso Estado, cobrem pelos serviços que prestam, o que é razoável. É claro que, se nós temos um serviço, se formos atendidos, se nós necessitamos daquele serviço, é natural que nós devemos pagar pelo serviço. Agora nós não podemos pagar por aquilo que não gastamos, como, por exemplo, o serviço de energia elétrica. Se os senhores deixarem as suas casas fechadas, o mês todo, sem acender uma lâmpada sequer, no final do mês vai chegar uma tarifa mínima e se os senhores tiverem o azar de, nas suas casas, terem uma ligação trifásica, então o valor da tarifa mínima cobrada, é muito maior.

Então faço este encaminhamento, no sentido que os senhores deputados nos ajudem a aprovar este projeto, para que possamos fazer justiça social.

Quando eram empresas públicas, tudo bem, vamos contribuir, vamos adotar o País de infra-estrutura, mas agora, nós estamos injetando recursos nos cofres da Tim, da Telepar, para mandarmos os recursos para o exterior e aí fazendo com que a nossa balança comercial seja desequilibrada, porque é claro que todas estas empresas multinacionais remetem o seu lucro, lá para fora, dinheiro que sai do suor de todos os paranaenses.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o Projeto nº 17/2001, do deputado Fernando Ribas Carli. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 453 de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 454, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 455, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 456 a 460, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 461, de autoria do senhor deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento n° 464, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 465, 466 e 467, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 469 e 470, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 472, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 473, de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 474 a 482, de autoria do senhor deputado Beraldin, com apoio dos senhores deputados Cleiton Kielse, Algaci Tulio, Fernando Ribas Carli e Luciana Rafagnin, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 483, de autoria do senhor deputado Antonio Baratter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 485, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 485-A, de autoria do senhor deputado Tony Garcia, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Vossa Excelência leu agora a pouco votos de pesar pelo falecimento da senhora Maria de Lourdes Bordignon, era funcionária aqui da Casa, cuidava do Protocolo aqui em baixo, que atendia a todos os funcionários de gabinete que vinham pegar as correspondências dos senhores parlamentares.

Faleceu no final de semana e nós lamentamos profundamente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já registrado nos Anais desta Casa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 013, 179/2000 e 017/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 207/99, do Projeto de Lei Complementar n° 422/2000 e dos de Lei n°s 030, 031 e 034/2001.

Marco ainda uma Sessão Extraordinária para logo após a Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 015 e 16/98, 006/99, 001 e 002/2000.

Levanta-se a sessão.

Atas de Comissões:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO NARCOTRÁFICO E DO CRIME ORGANIZADO

3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 31ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de março de dois mil e um, na Sala de Reuniões das Comissões, nesta Assembléia Legislativa, às 17:17 horas, foi realizada reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico e do Crime Organizado. Tendo como presentes os senhores deputados: Algaci Tulio, Ricardo Chab, Serafina Carrilho, Ricardo Maia, Tiago Amorim e Chico Noroeste, tendo como convidado o deputado Luiz Carlos Alborghetti. Sob a proteção de Deus o senhor presidente abriu os trabalhos. A seguir o senhor presidente agradece as presenças dos senhores deputados presentes, mencionando que o objetivo da reunião seria o da discussão e posterior alteração do Relatório Final, fazendo menção especial aos funcionários que colaboraram na CPI, em especial da ex-funcionária Raquel Pedroso bem como do policial Silveira, soldado que faleceu recentemente e que participou da Força-Tarefa junto à CPI. Esclarece ainda, que contamos também com a presença do consultor jurídico da CPI, doutor Jefferson Abade e do secretário da Comissão, senhor Wilson Penka. Na sequência o senhor presidente passou a palavra ao relator, deputado Ricardo Chab, que relatou em breves palavras, como foi estruturado o relatório explicando a metodologia utilizada para elaboração da proposta de relatório, citando seus cinco (5) títulos, os quais dividiram-se a matéria. Na continui-

dade comentou sobre a necessidade da não divulgação de nomes, para que não sejam prejudicadas as investigações da Promotoria de Investigações Criminais, devendo o relatório, ser constituído de 2 partes: uma oficial (omitindo os nomes) e outra restrita (com nomes) endereçada à PIC - Promotoria de Investigações Criminais, pois com esta medida estaria ajudando a prosperar as informações que ficaram para traz, ou seja, aquelas mencionadas no início da CPI e que estariam no aguardo de providências junto ao Ministério Público. Estando após este comentário cada componente de posse de uma cópia do pré-relatório, o consultor jurídico da CPI, doutor Jefferson Abade, iniciou, a pedido do presidente, a leitura da proposta de relatório elaborada pelo relator deputado Ricardo Chab, sendo algumas vezes interrompido para que alterações fossem feitas. O relator interferiu, enfatizando sempre a necessidade de indexar, sempre, o citado ao respectivo "DOC", catalogado pela CPI. O deputado Alborghetti, presente espontaneamente, fez referência à idéia do presidente da CPI de: "não citarmos nada, referente à CPI Nacional, pois esta, já tem seu relatório, não tendo a necessidade de retornar às investigações passadas, e sim ver outros casos novos", devendo apenas, citar que após a CPI Nacional, o Governo do Estado do Paraná criou uma Comissão de Alto Nível, na sequência foi criada na Assembléia Legislativa a CEI, e posteriormente a CPI. Os trabalhos seguiram a sequência normal, recebendo dos deputados presentes opiniões e sugestões. Aproximadamente às 19:30 horas o senhor presidente encerrou os trabalhos, marcando para o dia 19 de março, às 15:00 horas, outra reunião para a conclusão dos trabalhos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 01ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de março de dois mil e um, reuniu-se na Sala de Reuniões da Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Algaci Tulio, Duílio Genari, Antonio Carlos Belinati, Carlos Simões, Hermes Fonseca, Moysés Leônidas, Plauto Miró Guimarães, Marcos Isfer, Serafina Carrilho, Ademar Traiano, Orlando Pessuti, Caíto Quintana, Sérgio Spada e mais o deputado Durval Amaral. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 437/2000, de autoria do deputado Ricardo Chab. CONCEDIDO VISTAS ao deputado

Orlando Pessuti; 02) proposição-Veto nº 027/2001, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 240/99, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, do deputado Ademar Traiano - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 001/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 002/2001. CONCEDIDO VISTAS aos deputados Orlando Pessuti e Marcos Isfer; 04) Projeto de Resolução nº 027/2000, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni. Parecer CONTRÁRIO do deputado Ademar Traiano - APROVADO; 05) Proposição-Veto nº 021/2001, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 101/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, do deputado Ademar Traiano - APROVADO; 06) Proposição-Veto nº 015/2001, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 081/2000, de autoria do deputado Péricles Mello e outros. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, do deputado Ademar Traiano - APROVADO, com voto contrário dos deputados Orlando Pessuti e Hermes Fonseca; 07) Projeto de Lei nº 103/99, de autoria do deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Ademar Traiano - APROVADO; 08) Proposição-Veto nº 020/2001, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 290/2000, de autoria do deputado Ricardo Maia. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 09) Proposição-Veto nº 004/2001, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 218/2000, de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 425/2000, de autoria do deputado Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio, na forma da emenda anexa - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 104/99, de autoria do deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio à emenda de Plenário - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 391/99, de autoria do deputado Neivo Beraldin. Parecer CONTRÁRIO do deputado Algaci Tulio à emenda de Plenário - APROVADO, com voto contrário dos deputados Orlando Pessuti e Hermes Fonseca; 13) Projeto de Lei nº 132/2000, de autoria do Poder Judiciário. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Plauto Miró Guimarães; 14) Projeto de Lei nº 017/2001, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli. Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 422/2000, de autoria do deputado Cezar Silvestri. Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO; 16) Proposição-Veto nº 026/2001, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 306/99, de autoria do deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, do deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 030/2001, de autoria do deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 031/2001, de autoria

do deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 034/2001, de autoria do deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 20) Proposição-Veto nº 061/2001, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 012/2000, de autoria da deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 21) Proposição-Veto nº 025/2001, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 597/99, de autoria do deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 22) Proposição-Veto nº 011/2001, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 223/2000, de autoria do deputado Edno Guimarães. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 428/2000, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 011/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 418/95, de autoria do deputado Neivo Beraldin. O deputado relator Antonio Carlos Belinati sugere o arquivamento da matéria em questão, por ser objeto da Lei nº 11.464, de 12 de julho de 1996; 26) Projeto de Lei nº 444/99, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati à emenda de Plenário - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 233/99, de autoria do deputado Ricardo Maia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati às emendas de Plenário - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lucia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

DO NARCOTRÁFICO E DO
CRIME ORGANIZADO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 32ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dezanove dias do mês de março de dois mil e um, na Sala de Reuniões das Comissões, às 17:00 horas, foi realizada reunião da Sub-Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico e do Crime Organizado. Tendo como presentes os senhores deputados: Algaci Tulio, Ricardo Chab, Serafina Carrilho, Chico Noroeste e Fernando Ribas Carli. Sob a proteção de Deus o senhor presidente abriu os trabalhos. O senhor Ricardo Chab solicita a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. O senhor presidente defere. A seguir o senhor presidente agradece as presenças dos senhores deputados presentes esclarecendo ainda, que contamos também com a presença do assessor jurídico da CPI, doutor Jefferson Abade e do secretário da Comissão, senhor Wilson Penka. Na sequência o senhor presidente informa que continuaremos a apreciação e revisão do Relatório Final da CPI. Os trabalhos seguiram a sequência normal, recebendo dos deputados presentes opiniões e sugestões. Antes de terminar a reunião, o senhor presidente e os demais membros da CPI, aprovaram a elaboração de ofício ao senhor superintendente da polícia federal, doutor Luiz Bertrand Melzer e também para a doutora delegada chefe da Divisão de Narcóticos da Polícia Civil, senhora Leila Aparecida Bertolini, solicitando o envio urgentemente a esta CPI, de relatório e levantamento estatístico relativo a prisões efetuadas e inquéritos iniciados no período de 14.04.2000 a 14.03.2001. A seguir o senhor presidente encerrou os trabalhos, marcando para o dia 20 de março às 15:00 horas, outra reunião para a conclusão dos trabalhos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente
Wilson Penka - Secretário